

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO

Caroline Pereira Dias

**A VIDA EMARANHADA: A (RE)MATERIALIZAÇÃO DAS AUSÊNCIAS POR
MEIO DOS OBJETOS DE FAMÍLIA.**

Santa Maria, RS.
2024.

Caroline Pereira Dias

**A VIDA EMARANHADA: A (RE)MATERIALIZAÇÃO DAS AUSÊNCIAS POR
MEIO DOS OBJETOS DE FAMÍLIA.**

Dissertação apresentada ao
Curso/Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção do título
de **Mestre em Ciências Sociais**.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Catarina Chitolina Zanini

Santa Maria, RS
2024

Caroline Pereira Dias

**A VIDA EMARANHADA: A (RE)MATERIALIZAÇÃO DAS AUSÊNCIAS POR
MEIO DOS OBJETOS DE FAMÍLIA.**

Dissertação apresentada ao
Curso/Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais, da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM, RS), como
requisito parcial para a obtenção do título
de **Mestre em Ciências Sociais**.

Aprovada em: 20/02/2024.

**Maria Catarina Chitolina Zanini, Doutora, (UFSM)
(Presidenta/ Orientadora)**

Virginia Susana Vecchioli, Doutora, (UFSM)

Miriam de Oliveira Santos, Doutora, (UFRRJ)

Santa Maria, RS
2024.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Dias, Caroline Pereira

A vida emaranhada: a rematerialização das ausências por meio dos objetos de família / Caroline Pereira Dias.- 2024.

105 f.; 30 cm

Orientadora: Maria Catarina Chitolina Zanini

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2024

1. Antropologia 2. Memória 3. Coisas I. Chitolina Zanini, Maria Catarina II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, CAROLINE PEREIRA DIAS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Agradecimentos

Agradeço a todas as pessoas que, de uma forma ou outra, contribuíram para a realização desta conquista: meus professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, vocês formaram e transformaram do começo ao fim a pesquisadora que sou. Em especial, às antropólogas do PPGCS, as doutoras: Maria Catarina Chitolina Zanini, Zulmira Newlands Borges, Jurema Gorski Brites, Ceres Karam Brum e Virginia Vecchioli, foi uma honra imensa aprender com mulheres incríveis e pesquisadoras extremamente competentes como vocês.

À minha orientadora, carinhosamente chamada por nós de “*profe*” ou *Cata*, que me acompanhou com uma paciência invejável e viu que eu tinha algo a oferecer quando nem mesmo eu acreditava nisso.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte que tornou possível a realização desta pesquisa com certa dose de tranquilidade.

À Joana Bosak e todos/todas colegas do Grupo História da Arte e Cultura de Moda da UFRGS, a acolhida de vocês manteve minha sanidade na pandemia.

Aos meus colegas de mestrado da turma 2022/1, vocês foram a melhor turma que eu podia ter e espero que jamais esqueçam que a nossa força está no coletivo.

Às amigas Beatriz Pontes, Lígia de Angelo Gilli Martins e Luiza de Albuquerque Leite Vieira, com quem tive a honra de compor o grupo “as tias velhas da antropologia”, de um apelido bobo se mostrou a potência das amizades femininas.

Às minhas amigas de longa data Mariana e Bruna por compartilharem comigo as delícias e angústias da vida desde a adolescência.

Aos meus pais Neli e Gilberto, por serem *meu início, meu fim e meu meio*. Por todo o apoio, todo o amor, toda a educação e por sempre acreditarem na educação como um caminho que vale a pena ser percorrido.

Aos meus irmãos Carlos e Cristiane...com vocês eu sempre vou me sentir como uma criança pequena que segue os passos seguros dos que vieram antes dela. Se hoje trilho este caminho é porque vocês me mostraram que era possível!

Ao meu amor, Rodrigo, por ser a calma e serenidade que eu não consigo ser. Meu lar, meu porto seguro, minha paz.

E às minhas tias maternas que escreveram comigo essa dissertação, por meio de suas memórias e experiências.

RESUMO

A VIDA EMARANHADA: A (RE)MATERIALIZAÇÃO DAS AUSÊNCIAS POR MEIO DOS OBJETOS DE FAMÍLIA.

Autora: Caroline Pereira Dias

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Catarina Chitolina Zanini

Partindo de uma camisola que pertenceu a minha avó é que a presente pesquisa foi desenvolvida, tecida e se tornou um texto. Minha grande questão de pesquisa era: Como se desenvolvem e se mantêm as relações entre pessoas por meio [e com] as coisas que são transmitidas e herdadas dentro das redes familiares às quais pertencem? O que faz com que guardemos coisas que já não podemos usar? Na busca por esclarecer, pelo menos em parte, essas questões, realizei uma etnografia com *observação participante* e *participação observante* em minha própria rede familiar, de modo que minhas interlocutoras foram: minha mãe e suas irmãs, minhas tias. Por meio do trabalho de campo, das falas, dos silêncios, dos momentos rituais, é possível perceber que todas estas mulheres se relacionam de um modo ou de outro com suas coisas, em especial, com coisas que foram deixadas por pessoas que já não vivem. Esses objetos e pertences podem ser definidos como portadores de mana, de ancestralidade e pertencimento. Reservam poderes, em especial o de invocar memórias e narrativas. Trata-se, portanto, de objetos que trazem vida [e ganham vida por meio das] às trajetórias individuais e familiares.

Palavras-chave: Antropologia; Memória; Coisas.

ABSTRACT

The entangled life: the (re)materialization of absences through family things.

Author: Caroline Pereira Dias

Advisor: Prof.^a Doc. Maria Catarina Chitolina Zanini

*It is from a nightgown that belonged to my grandmother that this research was developed, woven and became text. My big research question was: how are relationships developed and kept through [and with] things transmitted within familiar networks in which its belong? What makes us keep things we can no longer use? In the search for enlighten, at least in part, this questions, I did an ethnography with participant observation and observant participation inside my own familiar network, so that my interlocutors were: my mother and her sisters, my aunts. Through the fieldwork, the talks, the silences, ritual moments, is possible to realize that all of these women relates somehow with her things, especially the ones that were passed by those who doesn't live anymore. This things and belongings can be defined as bearers of **mana**, ancestry and belonging. They reserve powers, especially the capacity to invoke memories and narratives. These are, therefore, objects that bring life [and are brought to life through] to individual and family trajectories.*

Keywords: Anthropology, Memory, Things.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1 – Camisola de Adeonides.</i>	15
<i>Figura 2 – Mapas de Santa Maria, Bagé e Dom Pedrito e suas posições no estado do Rio Grande do Sul.</i>	25
<i>Figura 3 – Silos de armazenamento de grãos.</i>	29
<i>Figura 4 – Ruas e casas de Dom Pedrito.</i>	30
<i>Figura 5 – Diagrama de parentesco da primeira geração.</i>	40
<i>Figura 6 – Diagrama de parentesco completo.</i>	41
<i>Figura 7 – Adeonides em sua casa de madeira em Dom Pedrito</i>	43
<i>Figura 8 – Louças de Adeonides que estão com Conceição.</i>	54
<i>Figura 9 – A cadeirinha de Lara.</i>	55
<i>Figura 10 – Dupla As irmãs Galvão.</i>	57
<i>Figura 11 – Michele (esquerda) e eu (direita): unidas por um vestido.</i>	63
<i>Figura 12 – A casa da tia Conceição em Dom Pedrito.</i>	67
<i>Figura 13 – Prelúdio do trabalho de campo: a rodoviária de Santa Maria.</i>	70
<i>Figura 14 – Simulação em mapa virtual do roteiro do ônibus intermunicipal que faz o trecho Santa Maria->Dom Pedrito.</i>	71
<i>Figura 15 – Paisagem quando o destino é Dom Pedrito.</i>	73
<i>Figura 16 – Zorrilho ou Conepatus chinga.</i>	74
<i>Figura 17 – Javaporco.</i>	75
<i>Figura 18 – Trajeto Santa Maria → Dom Pedrito de carona. Fonte: Adaptado do acervo da autora (2024).</i>	77
<i>Figura 19 – o caminho Dom Pedrito-Bagé emoldurado pela janela do caminhão.</i>	79
<i>Figura 20 – Lavouras de soja no caminho Bagé → Dom Pedrito.</i>	83
<i>Figura 21 – Ritual de despedida: churrasco e sobremesas.</i>	84
<i>Figura 22 – Estância do vinho Guatambu.</i>	85
<i>Figura 23 – Fluxograma dos caminhos possíveis.</i>	88

LISTA DE ABREVIACOES

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
VAB	Valor Adicionado Bruto
DAER	Departamento Autnomo de Estradas de Rodagem
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1 – Rodoviárias fechadas de 2020 a 2022 no Rio Grande do Sul conforme o DAER. Fonte: adaptado de Dalcin (2022).</i>	76
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Algumas reflexões teóricas	12
CAPÍTULO 1: o lugar onde tudo começa	14
1.1. Situando o leitor	14
1.2. “Quem” pesquisadora?	17
1.3. Reflexões metodológicas	22
1.4. Pesquisando “quem”?	26
1.5. Pesquisando “onde”?	28
1.5.1. Entre lá e aqui:	30
1.5.2. Tensionamentos éticos	31
CAPÍTULO 2: família em emaranhamento	35
2.1. De que falamos quando estamos falando de família na contemporaneidade?	35
2.2. Pesquisando a “familiaridade familiar”	39
CAPÍTULO 3: Sobre as relações entre pessoas e coisas	43
3.1. Uma breve digressão sobre objetos e coisas	44
3.2. Coisas e pessoas emaranhadas	47
3.3. As coisas fazem (re)memorar	58
3.4. Por que guardar afinal?	61
CAPÍTULO 4: Uma etnografia da circulação	65
4.1. Sobre o campo	65
4.2. Etnografando com/na “familiaridade familiar”	67
4.3. Indo a campo	69
4.3.1. Novos modos de deslocamento	75
CAPÍTULO 5: Um fim é sempre muitos começos... ou à guisa de conclusão	86
5.1. Arremates do campo	86
5.2. Conclusões emaranhadas	87
REFERÊNCIAS	91
ANEXO A – Poema de Alberto Caeiro (pseudônimo de Fernando Pessoa em “O guardador de rebanhos”)	98

APÊNDICE A – Diagrama de parentesco da primeira geração. Fonte: elaborado pela autora (2024).	99
APÊNDICE B – Diagrama de parentesco completo. Fonte: elaborado pela autora (2024).	100
APÊNDICE C - Fluxograma dos caminhos possíveis da camisola. Fonte: elaborado pela autora (2024).....	101

INTRODUÇÃO

Nas profundezas das casas silenciosas, nas redes familiares, entre ditos, não ditos e interditos, lugar em que as memórias se entrelaçam à materialidade cotidiana – coisas que compramos, comemos, vestimos, descartamos; coisas que usamos para deitar, para escrever, para ouvir, para nos aquecer ou refrescar... –, os objetos estão tão próximos de nós que, com frequência, passam-nos despercebidos. Logo, as coisas podem trazer à tona narrativas que estiveram até então silenciosas, pois ocupam diversos espaços na nossa cotidianidade e acabam por assumir o papel de testemunhas de uma vida vivida e compartilhada, mas também como mediadores de relações complexas entre ausências e presenças. Como concebemos essas coisas, esses seres? O que dizemos sobre elas? Elas nos concebem também? E o que elas dizem sobre nós? A qual “nós” se referem? Faz sentido pensarmos essas coisas como inanimadas?

Por meio da presente pesquisa, busco compreender como se engendram, no interior de uma rede familiar, as relações entre pessoas e coisas e entre pessoas por meio das coisas, também me pergunto *se* – e *de que forma* em caso de resposta positiva – os objetos herdados e mantidos em redes familiares assumem o papel de materialização de uma ausência e, que caminhos as coisas percorrem até atingir “*status*” e distinções e também podem criar práticas, seja de uso, manutenção e partilha (ou não).

A fim de esclarecer as questões colocadas na pesquisa, optei por trabalhar com minha própria rede familiar: minha mãe e suas irmãs, minhas tias. Dito isto, já destaco de antemão, que esta pesquisa não tem por objetivo elaborar uma genealogia de minha rede familiar, mas sim trazer reflexões sobre as relações que vão se estabelecendo e se transformando ao longo do tempo e da relação com alguns objetos. A fim de refletir sobre a questão principal, também busco contribuir para:

- (i) Analisar como uma etnografia dentro de um grupo familiar pode dar conta das relações que se passam entre os membros da família por meio dos objetos;
- (ii) Clarificar, por meio da pesquisa empírica, as relações que se engendram entre memória, objetos, narrativas e a perspectiva antropológica;

- (iii) Refletir, partindo de uma perspectiva etnográfica, sobre como os sujeitos concebem, narram e atribuem diferentes sentidos aos objetos que os cercam;
- (iv) Pensar se, e como, os objetos de família, fazem parte de um processo de construção e “manutenção” de fronteiras simbólicas dos grupos familiares, enquanto geradores e mantenedores de pertencimento;
- (v) Trazer à tona narrativas que teriam ficado silenciosas, não fosse a relação dos sujeitos *com* as coisas, oferecendo uma perspectiva “de dentro” desses grupos.

No esforço de alcançar os objetivos aos quais me proponho, elenquei, também, uma questão empírica – que só pode ser pensada e respondida em campo, na interação com os sujeitos pesquisados, a fim de nortear meus passos em campo. *Questão empírica:* Como os sujeitos estabelecem relações/vínculos afetivos uns com os outros por meio de objetos herdados no/do núcleo familiar? E como os sujeitos concebem essas relações e esses objetos? Afinal, qual a potência e poder invocativo destes objetos?

Minha escolha deste tema e deste caminho de pesquisa se deu, pois é possível observar o quanto os estudos sobre narrativas e memórias são profícuos para que se compreendam a força e peso de instituições como família, por exemplo. E, apontar que mesmo um objeto simples como uma camisola de avó, pode descortinar diante de nós todo um universo de pesquisa que envolve relações sociais no tocante tanto à esfera pública quanto privada, relações econômicas, relações de poder, afetos... Ainda, destaco que há um nicho de estudos antropológicos para o qual penso poder contribuir com esta dissertação, é o nicho que intersecciona objetos, memória, família sob uma perspectiva de dentro destas famílias. Afinal, o trânsito destes objetos faz com que vivam também no interior das casas e das memórias familiares.

Minha motivação pessoal soma-se à justificativa anterior, de modo que para além dos questionamentos que me suscita a camisola de minha avó, foi enquanto profissional graduada em design de produtos e preparada para pensar em objetos que suprissem as necessidades dos indivíduos, que me surgiu uma inquietude sobre como era o “*outro lado*”, o lado das relações das pessoas com suas coisas, logo, só havia um caminho possível a ser seguido, este que me trouxe até aqui.

A dissertação está pensada em 5 capítulos, que procuram apontar os alinhamentos entre memória, objetos, pessoas, interações e narrativas.

No capítulo 1, trago questões que vão situar o leitor sobre a pesquisa: como cheguei a ela; como fui, ao longo do tempo, tentando construir esse lugar em que me encontro hoje; questões de método; questões de ética; os objetivos e as questões que norteiam a presente pesquisa.

No capítulo 2 busquei pensar sobre família, sobre o que é ser família na atualidade, como constituímos os modos de ser família contextual e coletivamente. Tratei, partindo de minha família, refletir acerca da mesma em contextos contemporâneos mais amplos.

No capítulo 3, trago reflexões sobre como os objetos entram em nossas casas e em nossas vidas, pois antes de ser dádiva ou heranças, essas coisas foram pensadas enquanto mercadorias a fim de satisfazer necessidades, tanto do comprador, quanto do trabalhador. Há, na sustentação da existência dessas coisas, uma lógica de produção, da distribuição e, também, do consumo.

No princípio, o capítulo 4 foi pensado para ser essencialmente etnográfico, caso eu não conseguisse costurar a etnografia à teoria antropológica evocada ao longo da dissertação. No entanto, como considero ter sido, pelo menos em parte, bem sucedida na empreitada de entremear teoria e dados etnográficos, o capítulo 4 passou a ser o capítulo cujas narrativas costuram coisas, memórias, famílias e pessoas. Destaco, ainda, a coletividade do capítulo, pois se misturam as falas dos teóricos, as minhas, as das interlocutoras e também das coisas. Afinal, etnografar não é um trabalho que se faz só. Mas, um trabalho que se faz *com*: entre pesquisador, interlocutores e autores.

O capítulo 5 é um capítulo de fechamento, onde busco trazer reflexões acerca da pesquisa e de resultados específicos do estudo, mas de modo algum representando um final fechado e definitivo. Afinal, a conclusão de uma pesquisa não representa o esgotamento do trabalho acerca de uma temática, apenas o encerramento de um nicho da pesquisa, em que sempre se abrem novas perspectivas e possibilidades para a continuidade.

Penso que, ao longo da pesquisa, houveram questões e assuntos que deixei de abordar, seja por falta de tempo, seja por falta de coragem – ou um pouco dos dois –, e que considero importantes para desdobramentos futuros, a fim de complexificar

e expandir a pesquisa. Por exemplo, questões de gênero teriam adensado mais o trabalho e esclarecido pontos que considero ter ficado pendentes. Outro acréscimo que teria sido significativo é o das teorias que discutem o cuidado e o quanto, com frequência, esta é um papel desempenhado sobretudo por mulheres. Por fim, eu gostaria de ter desenvolvido e elaborado mais o capítulo em que falo sobre família, a fim de trazer uma maior revisão ao incluir autores mais clássicos. Considero que esses acréscimos teriam feito uma significativa diferença nesta dissertação e espero poder fazê-los em pesquisas futuras.

A seguir, trago uma breve síntese teórica dos principais autores e autoras e seus conceitos que foram articulados na construção e fundamentação dessa dissertação.

Algumas reflexões teóricas

Começo meu preâmbulo com a noção de *emaranhado* de Ingold (2022b). Claro que para chegar à noção do emaranhamento, é preciso se atentar também para a noção de *linhas* e de *malha*, pois Ingold (2012, p. 27) define emaranhado como “uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento”, o qual torna a vida possível. Embora eu não possa dizer que uso a teoria de Maurice Halbwachs (1990) do começo ao fim, é preciso pontuar que esta pesquisa não poderia afirmar as coisas que afirma se o livro *A memória coletiva*¹ não existisse. Me parece que o autor pensa a memória, e aqui evoco a noção de linha (Ingold, 2012), como uma linha que começa no indivíduo, mas conecta-o a outros indivíduos, que por sua vez são todos conectados ao coletivo, pois a força das lembranças é sustentada conjuntamente.

Compactuo com Maurice Halbwachs (1990) quando afirma que mesmo sendo a memória uma possibilidade da vida coletiva, o responsável por lembrar é sempre o indivíduo, embora este indivíduo nunca esteja de fato só, pois ele sustenta a força de suas lembranças nos – e em conjunto com – os outros. Mas, já alerta Candau

¹ Originalmente publicado em francês como “*La mémoire collective*”, em 1960, esta obra póstuma de Maurice Halbwachs representou um ponto de inflexão nos estudos de memória, uma vez que é sob a ótica deste autor, sob influência da teoria de Émile Durkheim, que a memória é transposta para o campo da sociologia, pois Halbwachs postula uma memória que é social e coletiva. Se a memória para Henri Bergson era estritamente individual, em Halbwachs a memória coletiva é uma correlação entre indivíduo e coletividade: quem lembra é o indivíduo no momento presente, mas sustentado em suas coletividades. A memória individual para este autor é, de certo modo, um ponto de vista da memória coletiva.

(2006), que nenhuma memória é estritamente individual, tampouco estritamente coletiva, mas um diálogo estabelecido entre esses dois polos. Ainda, trago de Halbwachs (1990), a noção de *quadro social*, que são conjuntos de representação coletiva – como grupo da escola, do trabalho, *família*, sindicato, etc. – e é sob a ótica dessas coletividades que tem sua força na partilha e na atualização coletiva que este autor postula que olhemos para a memória. No caso aqui por mim estudado, observa-se a força da família enquanto valor e instituição social, fonte de socialização, coesões, conflitos e também de pertencimento. É também fonte de possibilidades narrativas, de construções de memórias com sentido, que atravessam datas, tempos, lugares e pessoas.

Para pensar sobre família – o que é ser família – na contemporaneidade, me vali sobretudo dos trabalhos de: Cinthya Sarti (2015) que pensa família como uma noção elástica, que comporta múltiplas formas e não apenas por meio de laços de consanguinidade, mas de laços sociais, que ora se aproximam e ora se esgarçam; e Claudia Fonseca (1998; 2001; 2002; 2005), de quem destaco as noções de *rede familiar* e *circulação de crianças*, que considera que a família das classes populares se expande em uma rede de apoio que não se limita a um único território e considera a circulação das crianças uma obrigação moral dentro das redes familiares, uma vez que este recurso é um compartilhamento das responsabilidades sobre as crianças.

Ainda, no tocante ao assunto família, destaco o livro etnográfico de Luiz Fernando Dias Duarte e Edlaine de Campos Gomes, *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares* (2008). Nesta obra os autores fazem um estudo da dinâmica social de três *redes familiares* de classe popular do Rio de Janeiro, entre estas famílias estudadas estão incluídas as famílias dos autores. De modo que esta obra foi meu norte para aprender e pensar em como realizar, na atualidade, uma etnografia dentro de meu próprio grupo familiar.

Já para pensar o modo pelo qual as coisas entram e circulam em nossas vidas e atuam em um processo de criação, transmissão e recriação de memórias é que trago ao corpo teórico *A vida social das coisas* (2021), de Arjun Appadurai e Igor Kopytoff. Ainda, evoco a teoria de Octave Debary (2010), que considera que as coisas desempenham o papel de *pontes* (de memória), conectando os indivíduos do presente a um passado que esses objetos vivenciaram. Ou seja, essas coisas significam e,

também, são praticadas. De mão em mão, de narrativa em narrativa, trazem vida e experiência aos cotidianos familiares.

A apreensão e interpretação dos dados se dá por meio de etnografia, com observação participante e participação observante, diário de campo, entrevistas abertas, gravação de entrevistas, registros fotográficos, buscando estabelecer o maior contato possível com as interlocutoras, sempre respeitando os limites e vontades de cada uma delas. Uma vez que o grupo pesquisado é meu próprio grupo familiar, além de trabalhar com a noção de “observação participante”, ainda vou me valer da noção de “*participação observante*” (Wacquant, 2002), a fim de me colocar *participativamente* com as pessoas em seus contextos habituais. Afinal, de que outro modo entrar na cotidianidade, na vida privada desses sujeitos sem oferecer-lhes uma parte da minha própria? Desse modo, busco pensar a própria “*participação*” como um “instrumento de conhecimento” (Favret-Saada, 2005).

CAPÍTULO 1: O LUGAR ONDE TUDO COMEÇA

Esta dissertação integra a linha de pesquisa “Identidades Sociais, Etnicidade e Educação”, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, também está vinculada ao projeto “Identidades em Foco: etnografias contemporâneas”, coordenado pela professora Dr.^a Maria Catarina Chitolina Zanini, que orienta esta pesquisa. Ainda, esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

1.1. Situando o leitor

Essa pesquisa começa com uma *coisa*: uma camisola simples e comum (Figura 1), que pertenceu a uma pessoa simples e comum, minha avó Adeonides, uma mulher de seu tempo (1929-1997). E, no entanto, considerando as andanças que fizemos a camisola e eu, dotando-a de novas narrativas e novos sentidos, já não creio que possa pensá-la assim tão comum. A experiência pessoal com a camisola de Adeonides me impeliu a explorar com maior profundidade as relações complexas que se dão entre pessoas e objetos preservados e valorizados em contextos familiares.

Figura 1 – Camisola de Adeonides.



Fonte: acervo da autora (2023).

Busco, por meio deste estudo, compreender como os objetos vão trocando de proprietário e adquirindo diferentes sentidos para quem os possui, sendo ora usados, ora guardados, ora descartados e, por vezes, tornam-se uma *rematerialização* de ausências, fazendo às vezes de presença de pessoas que já partiram ou estão distantes. Nesse sentido, procuro explorar e desvelar as intrincadas relações entre pessoas e objetos nos contextos familiares, nos quais as coisas acabam por transcender sua forma física para adquirir significados mais profundos e simbólicos, portadores e circuladores de *mana* (Mauss, 2018), de um poder mágico que a eles é atribuído e reconhecido.

Para tal, parto da grande questão: *pensando a dinâmica das relações estabelecidas entre pessoas e coisas, como os sujeitos estabelecem diferentes relações com os objetos e, como esses circulam e são conservados dentro de grupos familiares? Desse modo, as coisas atuam como a materialização de uma presença ausente – no caso dos entes falecidos?* Soma-se a essa questão central, um esforço para também: refletir como uma etnografia, dentro de um grupo familiar, pode dar conta das relações dos membros da família com e por meio dos objetos. Buscando também, compreender as relações que vão se engendrando entre memória, objetos e narrativas. Uma vez que minha atenção estará voltada para os objetos conservados e transmitidos dentro de grupos familiares, penso ser também promissor, considerar

se, e como os objetos de família fazem parte de um processo de construção e “manutenção” de fronteiras simbólicas dos grupos familiares, enquanto geradores de pertencimento. Buscando sempre trazer à tona narrativas que teriam ficado silenciosas, não fosse a relação dos sujeitos *com* as coisas.

Ao reconhecer a importância das experiências individuais e subjetivas dos sujeitos envolvidos, acredito que, ao imergir nas histórias de vida das pessoas e em suas relações com os objetos – sejam eles conservados ou não –, podemos desvendar aspectos essenciais da experiência humana. Para tal, adoto a abordagem etnográfica, buscando articular a observação participante (Malinowski, 2018) e a participação observante (Wacquant, 2002).

Por meio da pesquisa empírica, pretendia compreender os processos de *rematerialização* das ausências e como eles influenciam as identidades individuais e coletivas dos sujeitos. Mediante a interseção entre antropologia, memória, coisas e afetos, esperamos proporcionar percepções significativas para a compreensão das experiências subjetivas em relação à coletividade. De modo que, ao explorar as relações entre pessoas e objetos em grupos familiares, busco contribuir para um melhor entendimento das dinâmicas envolvidas nesses laços. Pois, o fazer cotidiano é um fazer coletivo, um *fazer com*: com pessoas, com objetos, com os lugares nos quais estes e aqueles habitam. Bem como, é coletivamente que fazemos e refazemos memórias, família e a própria vida. São práticas que vão sendo dotadas de sentido no cotidiano, na partilha.

Na fundamentação da pesquisa, busquei articular as noções de diversos autores que, por vezes, podem parecer díspares, mas que penso ser capazes de estabelecer um diálogo para que a teoria se desenvolva ao longo da dissertação. Dentre os sustentáculos teóricos desta dissertação, destaco: i. Tim Ingold (2012) e a noção de *emaranhado*, conduzindo a uma perspectiva que permite subverter a cisão entre objetos naturais *versus* artefatos; ii. Maurice Halbwachs (1990), que oferece modos para pensar a memória coletiva/social e como ela é constituída, mantida, transmitida e rememorada; iii. Ecléa Bosi (2004), que leva à reflexão sobre o espaço da casa, suas ausências e as formas de lidar com o envelhecimento e a perda em contexto familiar; Peter Stallybrass (2007) que oferece uma perspectiva que aborda a relação entre afetos e coisas.

Pois, é coletiva e subjetivamente, entre sujeitos, grupos sociais, instituições e coisas que a nossa vida e memórias são elaboradas e reelaboradas. É esse *emaranhado*² que torna a vida possível. Salientando, assim, a importância de prestarmos atenção a essas relações e a esses *emaranhamentos* que compõem as nossas vidas.

Por fim, se para pensar pessoas e coisas parto de uma perspectiva pessoal, também opto por desenvolver a pesquisa empírica com um grupo familiar que é próximo de mim: o meu próprio, da linhagem materna. De modo que o *locus* de pesquisa será situado em três cidades: Dom Pedrito, Santa Maria e Bagé, locais onde vivem os membros de minha família que participam da pesquisa.

1.2. “Quem” pesquisadora?

Minha área de formação é Desenho Industrial – Projeto de Produto. Logo, quando entro em campo, não o faço apenas como antropóloga, mas como designer de produtos, como Caroline, filha de Neli e Gilberto, que guarda algumas coisas e descarta outras –, não posso, em momento algum, despir-me de uma para vestir a outra: todas habitam em mim. Logo, ao entrar em campo, não há outra opção que não *participar*, desse modo, deslocando um pouco a lógica proposta por Malinowski (2018) da observação participante, opto por trabalhar também com a noção de “participação observante”, que consiste em colocar-se *participativamente*, com pessoas em seus contextos habituais (Wacquant, 2002), pensando a própria “*participação*” como um “instrumento de conhecimento” (Favret-Saada, 2005). Afinal, de que outro modo entrar na cotidianidade, na vida privada desses sujeitos sem oferecer-lhes (às interlocutoras e a quem porventura ler esta dissertação) uma parte da minha própria?

Durante minha formação como *designer* aprendi muito sobre a concepção desse como um solucionador de problemas, que, por meio dos produtos que projetamos satisfazemos necessidades dos sujeitos de conformação e adaptação ao mundo e sujeitos que os rodeiam (Löbach, 2001). Ainda, aprendi sobre como funcionam as linhas de produção industriais, sobre ergonomia (que tem sua curiosa origem com a antropometria), sobre os diferentes materiais e suas aplicabilidades, aprendi a textura, o cheiro, a resistência dos materiais que compõe os objetos...

² Ver mais em Ingold (2012).

Mas, algo mais me instigava... Como as pessoas reagiam depois que levavam para casa o produto que o designer projetou? Como esse produto efetivamente satisfazia as necessidades dos sujeitos? E como os objetos atuavam como mediadores das relações dos sujeitos com o meio em que estão inseridos e com outros sujeitos? Onde ficavam aqueles objetos? Em casas, espaços públicos ou privados? Com quem conciliam? Como? E todos estes questionamentos latentes em mim trouxeram-me à Pós-Graduação em Ciências Sociais...

De modo que, para pensar sobre estas inquietações, opto por articular minha pesquisa em três eixos temáticos principais: família, memória e coisas; e como essas três noções se entrelaçam, tanto na teoria, quanto na prática.

As inquietações que deram origem a esta pesquisa vêm de longe... A história deste estudo começa muito antes de ela começar de fato, inicia no mesmo lugar em que eu “comecei”: Dom Pedrito. Quando afirmo que eu começo em Dom Pedrito, o faço, pois tanto a família de meu pai quanto a de minha mãe são *pedritenses* – como são chamados os cidadãos naturais de Dom Pedrito –, de modo que esta pesquisa tem sua aurora também lá.

E, por que família? Sou a filha mais nova de três. Quando nasci morávamos em uma cidade mais interiorana, e todo o percurso que fizemos de mudança para Santa Maria foi para que meus irmãos pudessem ingressar no ensino superior – e, futuramente, também eu. De modo que, além de partilharmos o sangue, meus irmãos e eu também partilhamos um sonho: de estudar na mesma instituição de ensino superior, a Universidade Federal de Santa Maria. Nenhuma das coisas feitas até aqui seriam possíveis sem a minha *família*.

A família em suas diversas formas ocupa espaço central em nossas vidas, e, em nenhum outro grupo social a nossa posição enquanto indivíduos é tão poderosamente estipulada. Como disse Ecléa Bosi (2004), um indivíduo poderia mudar-se de país, de estado civil, tornar-se pai ou mãe, mas o nó que o vincula a sua família seria inseparável. Faço um adendo às palavras da autora, não penso que seja um nó que nos une às nossas famílias, mas uma *linha*, a qual pode tanto ficar muito próxima e bem definida, quanto ser alongada até parecer invisível e prestes a romper.

De onde penso, e esta é uma percepção “disciplinada” pelos autores *com* quem escrevo, o grupo familiar é privilegiadamente situado: forma e transmite nossas primeiras memórias (Halbwachs, 1990); socializa-nos para o mundo vindouro (Berger

e Luckmann, 2004); constitui-se como um patrimônio simbólico (Zanini, 2004) para os sujeitos sociais. Quando transmitimos uma história - principalmente a história familiar – propagamos uma história que se refere tanto à individualidade das memórias afetivas quanto às memórias coletivas das sociedades às quais pertencemos, o que destaca a importância das instituições familiares (Halbwachs, 1990).

Ou seja, memória e família são indissociáveis, pois, a memória coletiva se desenvolve com e a partir dos laços de convivência familiares³ – ou com demais *quadros sociais* – e é por meio da convivência que a memória dos indivíduos é constituída, reconstituída, transmitida, transformada, corrigida (Bosi, 2004) e também narrada ... A trama de nossas primeiras memórias e, por conseguinte, de todas as outras se desenrola na família (Alexandre, 1990). Mas, e as coisas? Como se relacionam com memória e família? Em que medida os objetos, coisas e materialidades circulam, fluem ou transitam entre os humanos e suas construções de significados?

Se, como afirma Ferreira (2015, p. 160), “a memória excede o campo humano e assume os objetos como parte complementar de sua existência. Eles são *tão importantes quanto* os indivíduos que vivenciam essas experiências”. E, como mencionei anteriormente, estamos abundantemente cercados por objetos. A casa familiar, por exemplo, na qual se constituem nossas primeiras memórias não é uma casa vazia, mas uma casa “povoada” por coisas que nos despertam a memória e os sentidos: um penico alouçado, uma cama de ferro que ringia, um fogão amarelo, uma cadeira de balanço... Estes objetos, para além de uma sensação estética ou de sua utilidade, nos dão uma confirmação de nossa posição no mundo, de nossa identidade (Bosi, 2004).

Ora, para além desta sensação de afirmar nossa posição no mundo, parece-me que as nossas coisas se misturam conosco, *emaranham-se*, de modo que às vezes pode ser difícil determinar onde começa um e termina o outro. E, pensando por meio da dialética que Miller (2013) postula: socialmente, nós fazemos as coisas que nos fazem; essa fronteira entre coisas e pessoas parece, pouco a pouco, desvanecer-se.

³ Seja qual for o formato de família em que vivemos. Este assunto será abordado de modo mais objetivo no segundo capítulo.

Mas, será que essas memórias nos vêm automática e facilmente? Ou precisamos recorrer à *artifícios* – como o meu, quando busquei suporte da minha mãe para lembrar de coisas que me escapavam – para que possamos rememorar fatos passados? E por que somos atravessados por outros em nossas narrativas? E pelos objetos?

A primeira vez que pus meus pés em Dom Pedrito não é uma lembrança que me vem fácil, precisei chamar minha mãe - corroborando a teoria halbwachiana de que nossas primeiras memórias são geradas e reavivadas no seio familiar –:

[eu]: mãe tu lembra a primeira vez que estive em Dom Pedrito?

[mãe]: foi quando tua avó estava doente, tu tinha quantos anos?

[eu]: acho que eu tinha uns cinco anos” - por volta de 1994.

Quando minha avó Adeonides – mãe de minha mãe – faleceu, eu era pequena e recorde de poucos detalhes... Creio que minhas tias e mãe tenham feito uma espécie de partilha entre elas dos poucos bens que minha avó possuía. Minha mãe recebeu uma camisolinha branca, em tecido plano de algodão, com estampa, lapela com bordado à máquina e um bordado inglês arrematando. Durante anos a fio esta camisola invisivelmente habitou o mesmo espaço que eu, como um fantasma à espera de alguém que lhe enxergue.

Até que um dia precisei desenvolver um artigo, uma espécie de ensaio, sobre teorias de memória, e não fazia ideia do que escrever. Pensei em memórias de família, mas não havia ninguém em Santa Maria com quem eu pudesse falar. Até que:

[eu]: Mãe?

[Neli]: O que Caroline?

[eu]: Nós temos alguma coisa guardada da vó aqui em casa?

[Neli]: Acho que temos uma camisola, por quê?

[eu]: Pega lá pra eu ver, acho que vou escrever meu trabalho sobre isso.

Olhos questionadores me olharam ao sair para buscar o que eu havia pedido.

Quando minha mãe voltou com a camisolinha na mão, foi como se uma comporta tivesse sido aberta e uma inundação irrefreável de memórias me invadiu:

Adeonides vestindo a camisola branca com pequenos raminhos azuis e com flores de pétalas cor-de-rosa; com uma golinha em bordado inglês, uma lapela com as mesmas flores cor-de-rosa e raminhos azuis bordados e fechamento com pequenos e simples botões na frente. Ao fechar os olhos pude ver minha avó com os cabelos grisalhos curtos penteados em grandes ondas para trás, seu rosto enrugado, exausto, com fundas olheiras – traços de quem viveu uma vida sem facilidades. Nossa convivência foi escassa, marcada por distâncias e saudades. Uma das últimas vezes que a vi – e em minha memória a única roupa que consigo visualizá-la usando é a camisolinha branca – foi em sua casa pobre, com um sorriso calmo no rosto. Lembrei-me de dias que pareciam esquecidos: minha avó, meus primos, minha mãe, minhas tias, o penico branco alouçado embaixo da cama de ferro em barras – com alguns pontos de ferrugem – com um colchão de molas que ringiam, um pátio de terra batida, com uma grama ressecada e uma melancolia pairando no ar. E, talvez esta cena habite tão e somente as minhas memórias...

Fato é que meu simples encontro com um objeto de vestuário guardado, despertou-me uma curiosidade inquietante: que potência é essa que a camisola de Adeonides possui? Que capacidade evocativa é esta? Pois, a um simples vislumbre fez irromper memórias que eu nem sabia que existiam. O que nos leva a guardar, ao longo dos anos, roupas e outros objetos que pertenceram a familiares que já não vivem? Seria uma tentativa de conservar, mesmo que por instantes, aqueles que nos deixaram? Uma luta contra a impermanência?

Percebo que essa camisola é mais do que um simples objeto de vestuário. Ela é um elo tangível com minha avó, uma presença que se manifesta por meio da camisola. Deste modo, parto de uma experiência profundamente pessoal para pensar outras pessoas e suas respectivas experiências.

Uma das vantagens de seguir as coisas e pensar também sobre elas é que, se por um lado o humano perece e se desfaz, por outro lado as coisas – roupas, móveis, joias, sapatos – tendem a transcender a existência de seus donos e permanecer: os corpos são passageiros, mas as roupas que vestiram estes corpos permanecem; circulam em brechós e bazares; são transmitidas de mãe para filha, de um irmão para o outro, de amigos para amigos (Stallybrass, 2007).

Embora passageiro, o corpo com o qual abraçamos, vestimos, trabalhamos, etc; é nosso modo de ser e estar no mundo. Quando, com o trabalho o homem

transformou a natureza ao seu redor e produziu suas condições de existir (Marx, 2017) foi com o/através do corpo que o fez. E, conforme Mauss (2018, local. 6112), “o corpo é o primeiro e mais o natural instrumento do homem. [...] o primeiro e o mais natural objeto técnico, e ao mesmo tempo meio técnico, do homem, é seu corpo”.

Minhas reflexões partem das coisas para pensar os sujeitos – com seus corpos – *em relação*: com outros sujeitos – fisicamente presentes ou não –, com a família, com as memórias... Ao passo que meu interesse central de pesquisa é compreender como se dão e como se estabelecem estas *relações*. Então, considerando a circulação das pessoas *com* as coisas. Não podendo, deste modo, definir esta pesquisa como vinculada somente à Antropologia Urbana ou à Antropologia dos objetos, mas entendê-la em uma intersecção entre ambas: uma antropologia da *circulação de pessoas com objetos*.

Pois, os objetos não circulam sozinhos, tampouco as pessoas circulam nuas ou completamente desprovidas de posses. Ainda, Gonçalves (2007) pontua que quaisquer que sejam as interpretações antropológicas, a descrição etnográfica inevitavelmente vai se deparar com os usos de objetos materiais e suas funções simbólicas. As coisas [e as pessoas] não existem de modo isolado.

Então, eu questiono: quais histórias são contadas *com* esses objetos? Que potência têm, que nos fazem conservá-los por meio de gerações, mesmo que não possamos vesti-los, vendê-los, fazer deles *valor de uso* ou *valor de troca*? Meu fio condutor é a camisola de minha avó, que me despertou os sentidos e me trouxe até aqui... e seguiremos juntas no desenvolvimento dessa pesquisa.

A seguir, a fim de nortear *como* pensar essas questões de pesquisa que me coloco, busco apresentar e discutir os modos e métodos que sustentarão o desenvolvimento da presente dissertação.

1.3. Reflexões metodológicas

“A etnografia é uma devoção ao particular, ao que há de especial naquelas pessoas individuais, naquele momento” (Miller, 2013, p. 36).

O fazer antropológico é indelévelmente relacionado ao fazer etnográfico. Parto, sobretudo, das reflexões de Mariza Peirano (2008; 2014) acerca da etnografia não ser um método, mas uma teoria que deve ser vivida, assim, o fazer etnográfico não é um

método, mas uma *devoção às particularidades as quais os antropólogos se dedicam* – não há uma fronteira rígida e intransponível entre onde termina o cotidiano e começa a etnografia. Ainda, fazer etnografias não é *apenas* coletar dados, nós também somos responsáveis por produzir nossos dados em campo e, posteriormente, interpretá-los à luz da literatura antropológica que sustenta nossas pesquisas.

Em nossa cotidianidade, quando algo nos chama a atenção e nos instiga a curiosidade, aí é que para Peirano (2014), é acionado o nosso “instinto etnográfico”, sobre o qual, considero fundamental salientar que não pode e não deve ser concebido como algo *natural* – ou inato –, nós antropólogos e antropólogas somos ensinados a *educar nossa atenção* (Ingold, 2010). Esses momentos de “espanto” são, com conformidade com Peirano (2014, p. 379) arbitrários em essência, e é ao nos questionarmos sobre eles que nos transformamos em *agentes* na etnografia, “*não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos*”.

Na tentativa de lançar luz sobre a discussão de Mariza Peirano, evoco o poeta português Fernando Pessoa, por meio de seu pseudônimo Alberto Caeiro, que em um dos poemas de *O guardador de rebanhos* escreve:

O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,

E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o *pasma essencial*
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do mundo...
(Caeiro, 2016, p. 35, grifos meus)⁴.

Logo, associo a noção de “instinto etnográfico” a este “*pasma essencial*” a que Fernando Pessoa (1980) se refere, pois, nós *educamos nossa atenção*⁵ a fim de olhar repetidas vezes para algo cotidiano e já conhecido e, ainda assim, nos espantar ao encontrar um novo detalhe, uma particularidade que antes não havíamos notado. É

⁴ O poema pode ser lido em sua totalidade no ANEXO A.

⁵ Aqui, faço referência à noção ingoldiana de *educação da atenção*.

perceber *eternas novidades* no mundo... Talvez porque nós já não sejamos tanto os mesmos no instante seguinte, tampouco as coisas que percebemos.

E foi assim que as coisas que nos cercam, que me cercam, saltaram-me aos olhos e acabei por estudá-las. Parto então de uma posição privilegiada – a de antropóloga-nativa⁶ – de quem guarda coisas e as pesquisa e esse nível de familiaridade me assegura o lugar de uma pessoa que não vai apenas observar, mas estabelecer uma relação de troca⁷. Logo, eu parto de um objeto bastante cotidiano e familiar, que despertou meu *instinto etnográfico*: a camisola de minha avó. Eu já a havia visto muitas outras vezes e, ainda assim, levou-me a pensar novos pensamentos e questionar novas perguntas. Vi, na camisola, algo que eu não havia visto antes: uma conexão entre sujeitos.

Ao optar por trabalhar com um grupo familiar que é de meu convívio e privilegiar suas particularidades, abordando pessoas já tão conhecidas por mim, espantei-me ao ver e ouvir coisas que nunca antes eu tinha visto e ouvido. Afinal, mesmo na cotidianidade familiar somos capazes de encontrar o inesperado, bem como disse Velho (1978, p. 126): “o que sempre *vemos e encontramos* pode ser familiar, mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos e encontramos* pode ser exótico, mas, até certo ponto, *conhecido*”. Assim, o vivido, para ser lembrado, precisa ser compartilhado, invocado e sentido, diria eu.

A pesquisa ocorre no estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Santa Maria, Bagé e Dom Pedrito (aqui demonstradas na Figura 2), cidades onde residem as interlocutoras.

⁶ E essa é *sempre* uma posição *relativa*, nós pesquisadores nos constituímos em relação ao *outro* – não um outro absoluto, mas também constituído *em relação* – como postulou Viveiros de Castro (2002).

⁷ Penso que, em campo, essa relação se deu por meio de uma troca de narrativas: eu contava a elas algo, ou sobre minhas coisas, ou sobre Adeonides, até mesmo sobre minha vida cotidiana e, em troca, elas me contavam algo delas que se relacionava com o que eu havia dito.

Figura 2 – Mapas de Santa Maria, Bagé e Dom Pedrito e suas posições no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Adaptado de Wikimedia Commons (2023).

Ao observar os mapas contidos na Figura 2, pode-se perceber que para a realização da pesquisa de campo, serão necessários deslocamentos entre Santa Maria \leftrightarrow Bagé \leftrightarrow Dom Pedrito. Mas não só, pois os caminhos que levam aos meus destinos finais são bastante variados e, por vezes, contraproducentes, mas falarei sobre isso mais à frente.

Apenas saliento a importância desses deslocamentos e de poder estar na presença física das interlocutoras, pois as relações que aqui me proponho a *olhar, ouvir, escrever*⁸ só podem ser escrutinadas no nível da cotidianidade, da particularidade das vidas das interlocutoras. Afinal, é por meio de uma etnografia atenta e cuidadosa que podemos perceber os “*imponderáveis da vida real*”⁹, uma conversa na sala, o lavar uma louça, um receio de dizer, o revirar das fotos, os cheiros das casas... e, qualquer observador menos atento, pode tomar esses atos como menores, como “nada”.

Mas, é preciso atentar-se às pequenezas do cotidiano, pois é assim, para Lila Abu-Lughod (2018), que ao darmos maior atenção aos indivíduos particulares e às suas relações cambiáveis podemos subverter algumas noções problemáticas da cultura, tais como coerência, uniformidade e atemporalidade. As “*etnografias do particular*”¹⁰ são compostas de histórias cotidianas, com o intuito de construir um discurso de familiaridade, uma vez que, à medida que abordamos os indivíduos e as

⁸ Aqui, fazendo referência ao que Roberto Cardoso de Oliveira (1996) afirmou em “O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever”.

⁹ Malinowski (2018, p. 76) elaborou esta noção para se referir às coisas que o antropólogo não consegue compreender apenas por meio de questionário ou dados estatísticos, nesse caso, é preciso que se observe a vida “em sua plena realidade”.

¹⁰ Noção cunhada por Lila Abu-Lughod (2018) no texto *A escrita contra a cultura*, originalmente publicado no inglês como *Writing against culture* em 1991. Neste texto Abu-Lughod “responde” a algumas afirmações feitas por George Marcus e James Clifford no livro *A escrita da cultura*, e faz uma tentativa de subverter a noção de “escrita da cultura” ao propor sua noção de “escrita contra a cultura”.

particularidades de suas vidas, perceberemos melhor as afinidades em todas as nossas vidas. O que não é, claro, equivalente a dizer que essas vidas são todas iguais (Abu-Lughod, 2020).

Logo, ao optar por trabalhar com etnografia, reconheço nesse fazer uma maior possibilidade de proximidade com o grupo pesquisado. Lançando mão, também, de observação participante e participação observante, entrevistas abertas – em conformidade com Gil (2002), esta é a técnica de interrogação que apresenta maior flexibilidade, a fim de oferecer maior liberdade aos interlocutores –, diário de campo, gravação de entrevistas, registros fotográficos, entre outros recursos que possam ajudar a apreender as complexidades do cotidiano.

Há determinadas situações em que apenas observar não é uma opção, como a que vivenciou Janne Favret-Saada (2005) ao pesquisar a feitiçaria no *Bocage*¹¹ francês: os camponeses não lhe permitiram ficar de fora das redes de comunicação que se engendravam por meio da feitiçaria, pois só se falava sobre feitiçaria com quem tivesse sido afetado por ela, ou seja, demandaram-lhe que participasse e que experimentasse por si mesma os efeitos dessa rede. Nesse caso, “só” observar não pareceu dar conta das complexidades que se engendraram em campo, tampouco pareceu justo aos interlocutores o fato de ter um observador silencioso que apenas “falava sobre” sem propriamente vivenciá-lo, logo, a atenção da autora foi deslocada de observar e descrever para deixar-se afetar e participar.

Essas definições de somente observar, ou observar e participar, parecem-me bastante contextuais, quer dizer, eu não poderia de modo algum estar entre meus familiares e dizer-lhes: “não tomarei parte nesta roda de chimarrão, pois estou apenas observando para depois escrever sobre isto”. E, ao conhecer melhor as minhas interlocutoras a seguir, creio que meus leitores compreenderão do que falo...

1.4. Pesquisando “quem”?

Meu grupo de interlocutoras é composto por oito mulheres: Neli (minha mãe), Leila, Leci, Nadir (falecida ainda na primeira infância), José (falecido em 2021), Lara (falecida em 2022, aos 60 anos), Loiva e Conceição. Antes de dar prosseguimento,

¹¹ Bocage é o lugar fictício em que Jeanne Favret-Saada faz sua pesquisa sobre feitiçaria na França (Vieira, 2021).

destaco que todos os nomes, tanto das interlocutoras, quanto de seus descendentes, foram alterados a fim de garantir o anonimato e o direito à privacidade. As únicas pessoas cujos nomes mantive os originais são: Adeonides e João Nepomuceno, Neli (minha mãe), Nadir (que faleceu ainda bebê) e Michele (filha mais velha de Conceição e Adilson, também falecida na infância).

Todos são filhas e filho de João Nepomuceno e Adeonides (meus avós maternos), bem como nascidos e criados em Dom Pedrito, cidade da região da campanha do Rio Grande do Sul.

Minhas interlocutoras são mulheres, com idades entre 72 e 56 anos, com diferentes níveis de escolaridade. Por exemplo Neli, minha mãe, não concluiu a quinta série, já Conceição e Leila formaram-se no ensino médio. Conceição e Neli são casadas, já Leci ficou viúva recentemente, Loiva é separada e Leila sempre foi solteira. Quanto a religião, à exceção de Leci que é evangélica, as demais são católicas. Desta geração, apenas Leci e Loiva circularam seus filhos – de que temos conhecimento até hoje –, as demais mantiveram os filhos consigo.

Todas essas mulheres são das classes populares, cujo sustento advém do trabalho. E aqui não me refiro aos trabalhos dos maridos ou ex-maridos, mas ao trabalho que estas mulheres desempenharam diariamente desde a infância. Minha mãe, por exemplo, foi ainda criança para a casa de uma professora, a qual mantinha minha mãe vestida, alimentada e na escola, se minha mãe fizesse o trabalho da casa “bem feito”. Quando minha mãe casou e mudou-se de cidade é que ela passou a cuidar da própria casa e de seus próprios filhos. Já Leila, que morou com os Leifibel¹² desde criança, trabalhou com eles, cuidou da casa deles e dos filhos deles a vida toda, embora fosse tratada “*como filha*” do casal Leifibel. Conceição, por sua vez, terminou os estudos – o ensino médio –, casou-se com Adilson e foi morar com a família dele. Após a morte da mãe de Adilson, todos os herdeiros da matriarca abriram mão das suas respectivas partes na casa em favor de Conceição, conforme a velha senhora havia ordenado.

Mas, que relevância teria as vidas e as narrativas destas mulheres para quem porventura ler esta dissertação? Em conformidade com Céli Pinto (2016), as mulheres, ao longo da história, têm sofrido um apagamento, seja pela posição de dominadas nas relações de gênero, seja pelo sexismo da historiografia que as relegou

¹² Sobrenome alterado para manter o anonimato da família.

ao “silêncio” da vida privada. E, ainda conforme Céli Pinto (2016), mesmo com as historiografias feministas surgidas desde a década de 1970, ainda há muitas histórias sobre [e com] as mulheres a serem escritas. Pois, como afirma Carlos Dias (2016), se em uma dimensão mais ampla da história oficial do Rio Grande do Sul, estas mulheres podem figurar como anônimas, é exatamente em suas ações cotidianas que podemos vislumbrar experiências únicas. Afinal, escrever e *arquivar a própria vida*¹³ não é uma regalia apenas de homens distintos (Dias, 2016).

1.5. Pesquisando “onde”?

Conforme mencionei anteriormente, minha pesquisa ocorre entre as cidades de Dom Pedrito, Bagé e Santa Maria, locais de residência de minhas interlocutoras. Todas situadas no estado do Rio Grande do Sul. Ainda, saliento que estas definições acerca do campo ou mesmo o modo como as atividades se desenrolaram nele foram produzidas *a partir das coisas*.

Dom Pedrito é uma pequena cidade localizada da região da campanha ou pampa sul-rio-grandense, ao lado de Bagé e Livramento. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), a população do município de Dom Pedrito conta com aproximadamente 38.222 pessoas. Se por um lado, Dom Pedrito pode ser pensada como uma cidade pequena, por outro, sua economia não pode ser também considerada como tal. De acordo com Adilson, um dos meus interlocutores, Dom Pedrito possui mais de 20 empresas cerealistas e essa realidade pode ser vista a olhos nus, tanto dentro da cidade quanto na zona rural. Nesse sentido, a cidade se apresenta enquanto uma cidade dotada de grandes contrastes: de um lado a tecnologia imponente das empresas cerealistas e seus silos, como na Figura 3:

¹³ Neste ponto, faço uma relação com o artigo de Philippe Artières (1998) *Arquivar a própria vida*.

Figura 3 – Silos de armazenamento de grãos.



Fonte: Adaptado do acervo de campo da autora (2024).

Por outro lado, a simples cidade com suas casinhas baixas e de arquitetura horizontal, como demonstrado na Figura 4 :

Figura 4 – Ruas e casas de Dom Pedrito.



Fonte: Adaptado do acervo da autora (2024).

Uma conversa que tive com Adilson, acerca da grande concentração de empresas cerealistas na cidade, me despertou a curiosidade sobre esta condição pedritense. Conforme os dados do Valor Adicionado Bruto (2021) – consiste no resultado final da atividade produtiva ao longo de um período determinado, da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes – Dom Pedrito é a terceira maior contribuinte para o VAB do setor agropecuário no estado, ficando atrás apenas de Alegrete e Tupanciretã (Folha da cidade, 2023).

1.5.1. Entre lá e aqui:

Pensando com a consagrada questão de “estar lá” (Geertz, 2009) para a antropologia, quando da minha entrada em campo, senti uma inquietude crescente dentro de mim, levando-me a questionar: “O que eu estou fazendo? Onde eu estava com a cabeça quando comecei com esta ideia?”. Veja bem, só porque cheguei até aqui, não significa que eu saiba exatamente o que fazer...

Em minha primeira ida ao campo, senti-me como em uma situação que não era nem aqui, nem lá, como em uma situação *liminar*¹⁴ (Turner, 1974). Não me sentia

¹⁴ A Liminaridade, conceito cunhado por Victor Turner (1974) em seu estudo acerca dos ritos de passagem, é um momento de transição e margem que ocorre nos ritos, em que as normas sociais

a designer de produto que fui formada para ser, nem me sentia como a antropóloga que espero vir a ser, tampouco me sentia a filha dos meus pais e irmã dos meus irmãos e neta de Adeonides, mas me percebi sobretudo *em transição*, como quem trabalha por um *devoir*. Talvez estar à margem ou nas bordas de todas essas performances exigidas, fez-me pensar sociologicamente acerca das interações sociais e as exigências de desempenho para cada uma delas.

Esse “prenúncio”, o qual começou alguns dias antes da primeira viagem à campo, incluiu sonhos inquietantes e serviu para deixar claro que, embora o trabalho de campo fosse ocorrer em local familiar e conhecido, entre pessoas conhecidas, essa situação que eu estava prestes a vivenciar era diferente de todas as outras que eu já havia experienciado. De modo que, para mim, essa foi uma forma de estranhamento. Afinal, as famílias têm expectativas acerca de nós e nós também acerca delas. Que família eu traria à tona? Uma moça que vive em Santa Maria seria observada como e de que forma?

O meu próprio corpo, em toda sua complexidade, encontrou maneiras de alertar-me para o fato de que, se por um lado eu estaria em lugar conhecido e entre pessoas de minha familiaridade, esta era uma experiência jamais vivida por mim antes. No fazer antropológico da atualidade, em que já não nos são demandadas as grandes travessias para “estar lá” – o que não significa que não possamos fazê-las -, parece-me essencial perceber, como sugere Peirano (2008), que o campo já não está “lá”, mas está dentro de nós.

Se por um lado, essa maior aproximação com o campo e com nossos interlocutores nos permite vislumbrar detalhes que de outra forma passariam despercebidos, por outro, há que se ter um cuidado ético constante no fazer etnográfico, pois, essa proximidade também pode representar um maior risco aos interlocutores... Assunto que tratarei a seguir, uma vez que, antropologia, etnografia e ética são inseparáveis.

1.5.2. Tensionamentos éticos

previamente estabelecidas estão suspensas e o indivíduo vivencia um estado de separação que não é “nem lá, nem aqui”.

Conforme mencionei anteriormente, ao estabelecermos um contato tão próximo e direto com pessoas reais vivendo seus cotidianos é fundamental que dediquemos uma atenção constante às questões éticas, a fim de não trazer prejuízos às vidas dos interlocutores.

Minha pesquisa é composta por membros de minha própria rede familiar, logo, para além do sigilo ou da garantia do anonimato, será preciso considerar os riscos e benefícios que as revelações de determinados fatos trarão para os sujeitos pesquisados e para a pesquisa, respectivamente. Pois, em conformidade com o código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (2023), entre os direitos dos sujeitos pesquisados, deve estar a “garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado”, ainda, é preciso salientar que os direitos dos e dos antropólogos e antropólogas deve ser subordinado aos direitos dos interlocutores.

Um exemplo breve que posso trazer é que em um dado episódio do trabalho de campo, em que fui presenteada com uma faca, ficou clara uma questão de gênero bastante demarcada e que, certamente, enriqueceria muito meu trabalho. Mas, conhecendo as pessoas como conheço, reconheci que era necessário abrir mão de elaborar esta reflexão mais profunda de gênero, pois, como diz o ditado “*até provar que focinho de porco não é tomada*” o prejuízo às relações estabelecidas estaria feito.

Essa familiaridade primeira, não só com o espaço a ser pesquisado, mas também com os sujeitos, trouxe e creio que sempre trará questões de ordem ética que estarão em constante tensão. Como sugerem Víctora, Knauth e Hassen (2000), a questão ética não diz respeito apenas ao sigilo, mas a uma série de normas às quais precisamos estar *constantemente atentos*, seja enquanto pesquisadores, seja enquanto *nativos-etnógrafos*.

Com frequência o nosso entorno passa despercebido por nós, como se sua existência e permanência fossem dados imutáveis. Porém, é possível que algo nos seja familiar sem ser de todo conhecido, bem como é possível que o que nos parece exótico seja dotado de certa familiaridade (Bourdieu, 2008; Velho; 1978). Minha pesquisa ocorre em um entorno que me é bastante familiar, mas posto em outra perspectiva. Estarei em “uma sociedade que eu conhecia sem conhecê-la verdadeiramente, como sempre acontece em casos cujo universo nos é familiar” (Bourdieu, 2008, p. 2, tradução minha).

Para que sejamos capazes de *mitigar* ou *impedir* que algum prejuízo/dano seja causado aos interlocutores, é preciso, primeiro, reconhecer o que pode e o que não pode ser considerado prejuízo para estas pessoas em seus contextos, pois, certamente há questões que fogem à nossa compreensão. Quanto mais próximos estamos de nossos interlocutores, tanto mais delicadas e situacionais parecem as questões éticas. Ora, o que pode ser prejudicial para uma interlocutora de classe baixa ou média em Dom Pedrito, não será o mesmo prejudicial para uma interlocutora de classe alta no Rio de Janeiro, por exemplo. É fundamental reconhecer que trabalhamos com pessoas reais em suas vidas cotidianas, e Foote-White (2005) já nos deixou a lição de que nem todas as perguntas *precisam* ser feitas e nem todas as respostas *podem* ser publicadas.

Alguns esclarecimentos antes de seguirmos adiante...

Ao longo do trabalho de campo, eu fiz quatro idas a Dom Pedrito e uma ida a Bagé. Nas duas primeiras idas a Dom Pedrito, por meio de ônibus intermunicipal, fiz uma viagem que sai de Santa Maria, passando por São Gabriel e Rosário do Sul e chegando em Dom Pedrito. A terceira ida foi na verdade dos meus pais, mas minha mãe me trouxe tantas informações que foi quase como *estar lá*, de modo que considerei necessário considerar este deslocamento como um pouco meu. Já a quarta e última ida, por meio de carona, a viagem foi mais curta, saindo de Santa Maria, passando por Rosário do Sul e chegando em Dom Pedrito. Nesta última incursão em campo ainda fiz um deslocamento até a cidade de Bagé, a fim de visitar uma das interlocutoras que lá reside, e retornei Dom Pedrito.

Nessas viagens, estive em cinco casas – entre elas a minha própria –, no entanto, considerei a casa de Conceição (minha interlocutora chave) a minha *casa fora de casa*. As conversas foram realizadas com quatro interlocutoras principais, cujas narrativas compõe o cerne da dissertação, mas falei com muitas outras pessoas que me ajudaram a pensar sobre a pesquisa, o trabalho de campo, a família, etc.; dentre essas pessoas, considerei quatorze como “interlocutores coadjuvantes”, foram pessoas que contribuíram muito comigo, mas, por causa das posições que ocupam dentro de minha rede familiar, não puderam ocupar a centralidade da pesquisa. Ademais, seria quase impossível mensurar o total de pessoas com quem falei, uma

vez que participei de almoços, jantares e ocasiões festivas em que estavam presentes mais pessoas do que eu pude contar.

CAPÍTULO 2: FAMÍLIA EM EMARANHAMENTO

Em suas variadas formas, as famílias têm sido grupos privilegiados de estudo na antropologia há muito tempo, como os estudos de parentesco que foram inclusive, conforme aponta Mariza Corrêa (1994), considerados algumas vezes como o próprio eixo fundante da nossa disciplina antropológica. Uma "*ficção bem fundamentada*" para Bourdieu (1996), "*patrimônio simbólico*" para Maria Catarina Zanini (2004)... Pensando-se na *socialização primária*, que nos é ofertada pela família, pode-se dimensionar seu peso e impacto em nossas vidas, corpos e mentes.

Seja por meio do parentesco, dos vínculos sanguíneos, seja por meio dos laços sociais, espaciais e afetivos que estabelecemos ao longo de uma vida. Contemporaneamente, ser família e fazer família já não repousa calma e tacitamente nos moldes da tradicionalmente conhecida família nuclear: as famílias têm múltiplas formas possíveis e se fazem, desfazem e mudam o tempo todo. Este é, de certo modo, o assunto que buscarei tratar neste capítulo: desde um diagrama de parentesco até a manutenção dos vínculos na atualidade.

2.1. De que falamos quando estamos falando de família na contemporaneidade?

Ora, durante muito tempo a "família patriarcal" foi considerada o molde tradicional que regia a vida familiar brasileira. Mas esta também parece ter sido uma "ficção" bem constituída, afinal, segundo Heloisa Buarque de Almeida (2022), no período colonial a "grande família patriarcal" existiu e se manteve predominante apenas dentro do pequeno recorte representado pelas elites agrárias, mas existiu também uma população livre e urbana, formada a partir de agregados e escravizados – quando esses conseguiam fazer famílias. Esses arranjos destoantes da família patriarcal, conforme Mariza Corrêa (1994), foi invisibilizado de modo que a família patriarcal foi imposta como regra.

No entanto, pelo menos desde o princípio do século 21, Corrêa (1994) reitera que as novas pesquisas trazem a constatação de que a família patriarcal já não figura como a forma única de organização familiar no Brasil, e a própria a centralidade do homem na unidade doméstica passa a ser percebida como ilusória. Neste novo

contexto, pensar em família implica, obrigatoriamente, pensar em relacionamentos difusos, laços fugazes, sujeitos às referências externas (Corrêa, 1994).

A partir da Revolução Industrial é que se instaurou uma separação mais clara entre o mundo do trabalho e o mundo familiar, relegando o primeiro à esfera pública em contraposição ao segundo relegado à esfera privada (Scavone, 1993 apud Sarti, 2015, p. 31). Partindo deste ponto de inflexão, o “mundo” da família e o “mundo” das mulheres, passa por um turbilhão de transformações que geraram impactos sucessivos em ambos os “mundos”, como, por exemplo: a pílula anticoncepcional, as novas tecnologias reprodutivas, a livre escolha e a não imposição da maternidade – respectivamente –; produzindo uma ruptura da noção de família enquanto natureza biológica (Fonseca, 2001; Sarti, 2015).

Fruto dessas sucessivas transformações, Sarti (2015, p. 35) afirma que “a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade”. Ainda, para Sarti (2015), essas mudanças nos permitem considerar a noção de família como uma “categoria nativa”, de modo que seus sentidos são *relacionais* e *contextuais* para quem os vive, embora não tenhamos jamais certeza de que os sentidos que atribuímos são os mesmos que o “outro” atribui para si. Mas, cabe lembrar que, enquanto antropólogos, nos cabe fazer uma leitura secundária, ou seja, uma leitura da leitura do nativo (Geertz, 2008).

Para diferentes perspectivas teóricas, há diferentes definições de família. Para as ciências humanas: família enquanto arranjo de coabitação que envolve relações de cuidado; na demografia: família como grupo reunido em uma unidade domiciliar; para a sociologia, historiografia e antropologia: família na qualidade de um arranjo de convivência que pode estender-se para mais de uma moradia, uma vez que, existem *redes* de cuidado que se espalham e abrangem mais de uma casa (Almeida, 2022).

Essas redes são consideradas por Claudia Fonseca (2005) como uma expansão das redes de parentesco para além do grupo de consanguinidade e da unidade doméstica. Sendo assim, para as classes populares – onde se enquadra o meu grupo de interlocutoras – o conceito de família está sustentado por extensas redes de ajuda mútua, ou seja, *redes familiares* (Fonseca, 2005). Logo, para os meus propósitos, passarei a adotar a expressão *rede familiar*, uma vez que, considero as relações de parentesco para além da consanguinidade. Penso, então, a família como algo que fazemos cotidianamente, por meio do estabelecimento, manutenção e

esgarçamento de vínculos, ou, como sugere Janet Carsten (2014), um parentesco entre “espessamento” e “diluição”, que vai sendo feito e dissolvido ao longo do tempo, passando, inclusive, por gradações *de parentesco*.

Pensando nesse sentido, dos “esgarçamentos” ou “diluições” das relações afetivo-familiares, eu evoco um acontecimento de dezembro de 2023 em Dom Pedrito. Na ocasião, meus pais precisaram ir a Dom Pedrito, pois minha avó paterna adoeceu e, posteriormente, veio a falecer. Em um dos dias em ajudava a cuidar de minha avó, minha mãe encontrou-se com o filho mais velho, que chamarei de M, de Loiva. O rapaz foi ao encontro de minha mãe com muita alegria (estimamos que não se encontravam há mais de 20 anos). Conversaram, atualizaram-se um da vida do outro e M apresentou sua esposa. Antes de partir, carregado de tristeza, M confessou à minha mãe que Loiva encontrava-se trabalhando no hospital naquele momento, que ele tentou fazer com que ela fosse ao encontro da irmã, mas sem sucesso. Loiva respondeu-lhe: *“eu não quero ver ninguém. Ninguém dessa família me procura, eu também não vou procurar ninguém”*. Acrescento que a última vez que minha mãe e Loiva se encontraram foi no velório de Lara, em 2021. E ainda assim optou por não ver a irmã.

A rejeição desse encontro pode ser pensada como um esgarçamento dos laços familiares (Sarti, 2015), quer dizer, Loiva negou-se a estreitar os laços familiares com Neli e, por conseguinte, com as demais irmãs. Se por um lado, a *filiação biológica* (Fonseca, 1998) se mantém, socialmente esses laços estão em afastamento.

Essa atitude de Loiva pode, penso eu, também, ser pensada sob a ótica da dádiva. Ela esperava algo em troca das irmãs, algo que, em sua opinião, elas falharam em lhe dar, resultando assim no afastamento. Há algo que é oferecido: uma camisola, uma faca, uma xícara, um afeto, uma visita... e há algo que quem oferece espera em retorno, sob a pena da perda do prestígio, do vínculo, do *mana*... corre-se o risco do esgarçamento dos vínculos afetivo-familiares, não a perda, mas o afastamento.

“Onde está o parentesco agora?” questionou Carsten (2014), ao que a autora sugere que deveríamos nos dedicar a compreender *como o parentesco funciona*, porque é importante e de onde vem seu poder... Pois Carsten (2014, p. 113) já sinalizou que,

O parentesco também, e de forma fundamental, provê um reino imaginativo para pensar, parcialmente em termos éticos, mas também de forma mais especulativa, sobre *quem somos nós e o que podemos ser no futuro*; sobre nossas conexões no presente assim como com gerações do passado, e com os não-nascidos.

Logo, há uma expansão da noção de família, que já não é a tradicional família patriarcal, tampouco a reduzida família nuclear. E, conforme mencionei, parece-me que cada vez mais a consanguinidade deixa de ser o principal elemento que determina o que é família. Mas então como se define família na contemporaneidade? E Cynthia Sarti (2015, p. 37, grifos meus) esclarece que:

Partimos, então, da ideia de que a família se delimita *simbolicamente*, baseada num discurso sobre si própria, que opera como um discurso oficial. Embora culturalmente instituído, ele comporta uma singularidade: cada família constrói sua própria história, ou seu próprio mito, entendido como uma formulação discursiva em que se expressam o significado e a explicação da realidade vivida, com base nos elementos objetiva e subjetivamente acessíveis aos indivíduos na cultura em que vivem.

Quer dizer, embora família seja uma instituição estabelecida culturalmente, exerça um papel fundamental para a coletividade, cada *rede familiar* constrói seu modo de ser e fazer família. Considero que, a camisola guardada de Adeonides, a cadeira de Lara, o rádio que pertenceu a José... são modos que encontramos de continuar fazendo família e de prolongar, de algum modo, a existência de nossos familiares que já faleceram.

Conforme Sarti (2015), considerar a família enquanto realidade constituída a partir de um discurso sobre si própria, que é internalizado pelos sujeitos, é um modo de explorar uma definição que não preceda em existência a sua própria realidade, mas, que nos permite pensar como ela é constituída, em como constitui sua noção de “si”, compreendendo que isto é algo feito culturalmente, ou seja, dentro do âmbito coletivo do tempo e espaço em que vivemos, que por sua vez regem as relações de parentesco. Ainda, Sarti (2015, p. 37) pontua que “sabemos que não há realidade humana exterior à cultura, uma vez que os seres humanos se constituem em cultura, portanto, *simbolicamente*”. Ou seja, família é ordem simbólica, mas é também ordem praticada. Como coloca Sarti (2015, p. 36-38):

[...] a família se define por uma história que se conta aos indivíduos, ao longo do tempo, desde que nascem, por palavras, gestos, atitudes ou silêncios, e que será por eles reproduzida e ressignificada, à sua maneira, dados os seus

distintos lugares e momentos na família, cada família terá uma versão de sua história, a qual dá significado à experiência vivida. Captamos, acima de tudo, uma ordem simbólica, ou seja, uma ordenação do mundo pelo significado que lhe é atribuído segundo as regras da sociedade em que vivemos. O componente simbólico, apreendido na linguagem, não é apenas parte integrante da vida humana, é seu elemento constitutivo. [...] Assim acontece na família. *O discurso social a seu respeito se reflete nas diferentes famílias como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, e cada uma delas, por sua vez, devolverá ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas.* Assim, cada uma constrói seus mitos segundo o que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si mesma que inclui também sua elaboração, objetivando sua experiência subjetiva.

Ou seja, é por meio dos silêncios e das palavras, dos vínculos e dos afastamentos, dos mitos, dos gestos, das piscadelas, das camisolas guardadas, dos liquidificadores descartados, dos nomes que damos às coisas que guardamos, das práticas cotidianas, dos discursos dos outros sobre nós e do discurso que nós nos apropriamos e reformulamos, a fim de contar nós mesmos nossas histórias e nossos mitos é que fazemos família e refazemos família....

2.2. Pesquisando a “familiaridade familiar”

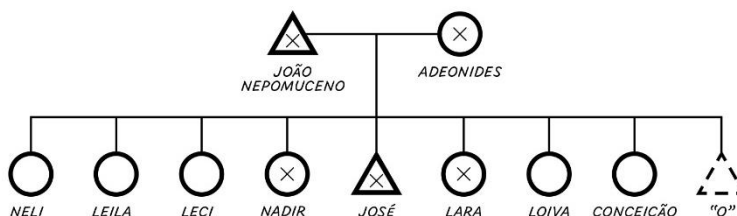
*Por um lado, estar próximo aparenta uma familiaridade, portadora quase inequívoca de um conhecimento. Na mesma medida, esse “conhecimento” é tido como contaminado e impreciso para adquirir **status** acadêmico. Esquece-se que o antropólogo incorpora complexos instrumentos de pesquisa, observação e estranhamento ao longo de sua formação. Mesmo aquilo que seria uma “familiaridade familiar” passa por um processo de autoconsciência e de reflexividade que, de alguma forma, exclui o que foi apreendido (Duarte e Gomes, 2008, p. 32).*

Meus avós, João Nepomuceno e Adeonides se casaram aqui em Dom Pedrito em 1949 (ano este em que meu pai nasceu, na mesma cidade, mas esta é história para outra pesquisa). A união ocorreu, mesmo mediante a desaprovação da família da noiva, conforme contam Conceição e minha mãe, pois João tinha uma conhecida propensão para beber, o que gerava a desaprovação da família.

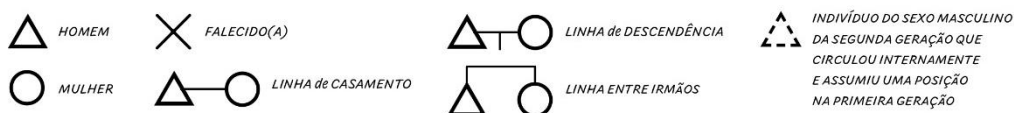
Meu avô viveu até 1981, já minha avó viveu até 1995. Nesse ínterim, entre o casamento e suas mortes, João e Adeonides legaram ao mundo seus descendentes,

sete filhas e um filho: Neli (minha mãe), Leila, Leci, Nadir (que morreu ainda bebê), José, Lara, Loiva e Conceição – por ordem de nascimento – aqui demonstrados no diagrama de parentesco da primeira geração (Figura 5)¹⁵.

Figura 5 – Diagrama de parentesco da primeira geração.



LEGENDA



Fonte: elaborado pela autora (2024).

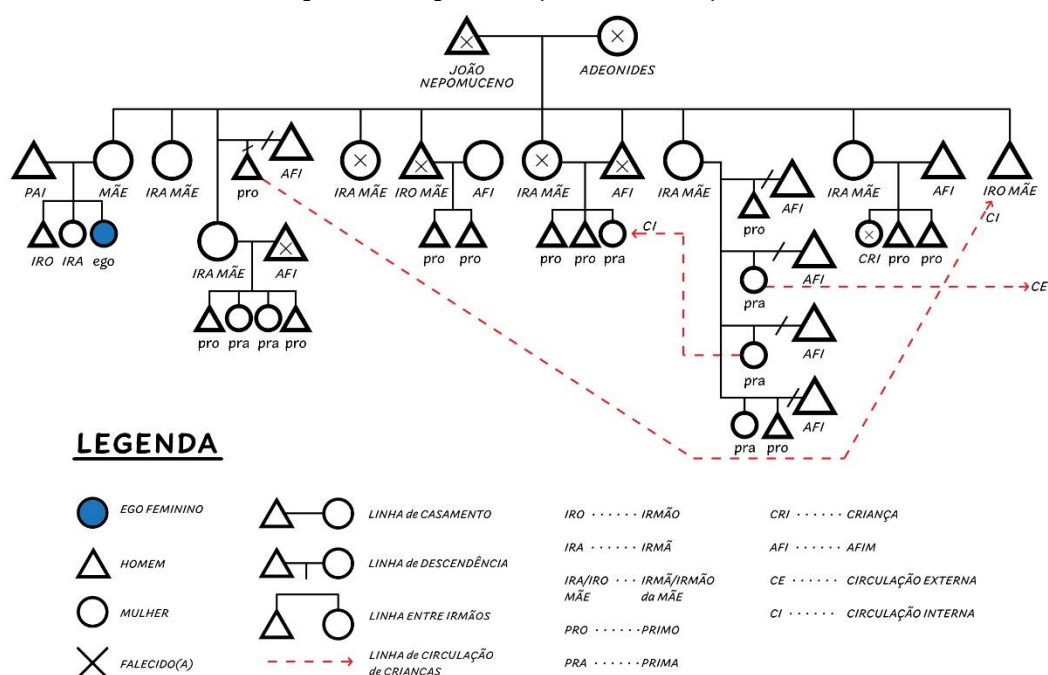
O casamento de meus avós perdurou até 1981, ano em que meu avô faleceu devido a um infarto, deixando Adeonides sozinha com as filhas mais novas, Loiva com aproximadamente 18 anos e Conceição com 14 anos, as demais filhas e filho já haviam deixado a casa dos pais. Adeonides, por sua vez, faleceu em 1995, de câncer no pâncreas, na casa de sua filha mais nova, Conceição. Juntos tiveram, além dos filhos, aproximadamente 21 netos e netas, conforme o diagrama de parentesco demonstrado na Figura 6¹⁶. A contagem de netos e netas é calculada aproximadamente, pois esta é uma contagem em constante mudança. Explico-me: algumas de minhas tias deram seus filhos para que outras pessoas os criassem: duas destas crianças *circularam*¹⁷ dentro da família, mas uma delas – de que temos conhecimento até agora – foi dada para um membro externo de nossa família e só foi conhecida recentemente, durante a realização desta pesquisa. E, durante o último dia do trabalho de campo, ouvi a história de que é possível que exista mais um primo ou prima perdido, de quem jamais ouvimos falar.

¹⁵ Uma versão ampliada deste diagrama pode ser encontrada no APÊNDICE A.

¹⁶ Uma versão ampliada deste diagrama pode ser encontrada no APÊNDICE B.

¹⁷ Claudia Fonseca possui vasta experiência neste tipo de pesquisa e a própria denominação *circulação de crianças* advém do trabalho teórico da autora.

Figura 6 – Diagrama de parentesco completo.



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Na figura acima, as linhas pontilhadas em vermelho representam as circulações de crianças. É possível perceber que duas crianças circularam internamente (CI) e uma circulou externamente (CE). A criança mais velha, um menino, e a primeira criança a circular, circulou internamente, foi deslocado da segunda geração e assumiu uma posição na primeira geração. De modo que ele foi criado e socializado como filho de João e Adeonides, irmão de minha mãe e meu tio. A segunda criança a circular, uma menina, circulou externamente e procurou Conceição a fim de conhecer a família somente quando eu já realizava esta pesquisa. A terceira criança a circular, também uma menina, circulou internamente e apenas trocou de núcleo familiar, mantendo sua posição na segunda geração.

Fonseca (2002 apud Sarti, 2015, p. 42) pensa a circulação de crianças enquanto uma *coletivização das responsabilidades* pelos menores no interior das redes de parentesco, ainda, a autora afirma que esse hábito popular está inserido em uma lógica de obrigações morais que caracteriza as redes de parentesco de famílias pobres.

João, conforme suas filhas, trabalhava “*pra fora nas fazendas*” e “*fazia de tudo*”. Como explicitarei no capítulo anterior, Dom Pedrito – na região da campanha gaúcha – tem sua economia embasada na agropecuária, sobretudo soja, arroz e rebanhos. O trabalho de João rendia poucos frutos, o que levou Adeonides a enviar as filhas para

“casas de família” para que trabalhassem e estudassem – é claro que o estudo estava submisso ao trabalho: se não fizessem “o serviço da casa direito” não iriam para a escola. Neli, minha mãe, foi a primeira a ser enviada para a casa de uma professora que na época ministrava aulas na escola:

[Neli]: Não tinha escolha, em casa não tinha comida. Se não trabalhasse não tinha comida.

Nas palavras de minha mãe, a professora não era membro da família, tampouco amiga de Adeonides, era apenas uma pessoa *conhecida* que sabia da situação da família e pediu a Adeonides que deixasse a filha mais velha, Neli, morar com ela. E assim foi.

Esse trecho, penso eu, corrobora tanto o que diz Claudia Fonseca (2005) sobre as redes, “redes de parentesco se estendem além do grupo consanguíneo e da unidade doméstica para esferas mais amplas”, quanto o que afirma Sarti (2015) de que o parentesco expande-se para além da consanguinidade. Formam-se assim, redes de parentesco e ajuda mútua, quando uma criança circula, é firmado um acordo tácito que vincula essas pessoas em uma rede de obrigações (Fonseca, 2005).

Ainda, faço um adendo, para explicitar que a circulação destas crianças ficou restrita à cidade de Dom Pedrito, com exceção da primeira menina de Loiva, que circulou externamente e foi morar em Rosário do Sul.

CAPÍTULO 3: Sobre as relações entre coisa e pessoas

Quando a camisola da minha avó entrou na família, ela não o fez já sendo “A camisola da minha avó”, ela foi, inicialmente, *apenas* uma camisola: um objeto comprado para ser usado, para cumprir uma *função*. A primeira dona e o primeiro lugar da camisola, aqui demonstrados na Figura 7, eram muito diferentes dos que são hoje.

Figura 7 – Adeonides em sua casa de madeira em Dom Pedrito



Fonte: acervo de família (2024).

Provavelmente – e eu aqui faço uma estimativa, pois minha avó já não vive e nenhuma das minhas tias consegue lembrar de quando ou onde esse objeto foi adquirido – o que ocorreu foi que Adeonides *precisava* de uma camisola, mas não qualquer camisola. Tinha que ser uma camisola adequada para uma senhora da idade dela, que conferisse conforto ao dormir e, ao mesmo tempo, respeitabilidade, caso fosse necessário se levantar para atender alguém ou mesmo ser levada ao hospital. Ter uma roupa especial para estes momentos era uma grande preocupação das mulheres. Em caso de adoecimento e ida ao hospital, havia uma expectativa de uso de camisolas especiais e de roupas íntimas novas e limpas. Surge-me uma pergunta: será que os homens teriam esta mesma preocupação? Ou será que as mulheres é que cuidavam de ter sempre um pijama limpo e novo para alguma necessidade. E, neste sentido, é importante observar que, com frequência, são pessoas com poucas

posses que tem esse cuidado e ter esta roupa limpa, digna e usável reservada era – e ainda é – considerada até um privilégio, uma *distinção*.

Com frequência, os objetos que nos cercam e acompanham durante toda uma vida experimentam transformações, físicas – como manchas, puídos, rasgos – e/ou simbólicas. Essas coisas, como nós, não são estáticas e passivas, mas transformam e são transformadas, podendo até virar peças de museu.

Tradicionalmente, o percurso dessas coisas é ser adquirida para uma determinada finalidade, ao chegar ao fim de sua “vida útil” esta coisa pode ser ou vendida, ou descartada, ou conservada, ou passada adiante. Afinal, é costumeiro que, quando algo perde sua *utilidade* para nós, nos desfaçamos desta coisa. Mas, para toda regra há exceções... As coisas percorrem *caminhos* e é preciso deixar-se guiar e segui-las, pois remover as coisas de seus contextos e de suas interações com os indivíduos é relegá-las à incompreensão (Douglas; Isherwood, 2004). E é, pensando sobre coisas e objetos, que elaborei a digressão a seguir.

3.1. Uma breve digressão sobre objetos e coisas

O debate ontológico que tange as definições de coisa e objeto me é muito caro, uma vez que é por meio dele que passo a expandir minha reflexão acerca do que é a camisola. Retorno então, a fim de fazer uma breve digressão, à etimologia das palavras coisa e objeto, para apreciar os sentidos que podem ser acionados quando utilizadas. Esta reflexão é, sobretudo, em diálogo com Ingold (2012), o qual argumenta que enquanto o objeto é algo estático e fechado em si mesmo, as coisas – enquanto “agregados de fios vitais” são porosas e fluidas. Ainda, o autor destaca que, se de um lado viver em um mundo de objetos é viver em um mundo estático onde nada flui, por outro lado, viver em um Ambiente Sem Objetos – ou ASO – é viver em um ambiente onde as coisas estão vivas e fluem (Ingold, 2012). Nesse sentido, de acordo com o Google Oxford Languages (2023)¹⁸, a etimologia das palavras objeto e coisa são:

¹⁸ Para realizar esta busca, eu simplesmente digitei no site buscador Google as palavras: “etimologia+objeto” e “etimologia+coisa” para obter os resultados que acima compartilhei. O próprio buscador sinaliza que as definições são advindas do *Oxford Languages*.

- i. Objeto: [do latim] *objectus* “ação de pôr diante; obstáculo; objeto que se apresenta aos olhos.
- ii. Coisa: [do latim] *causa* ou *caussa ae* “razão, motivo, origem”.

Pensar a etimologia dessas palavras para depois dialogar com elas, é, para mim, pensar *o que é a camisola* – ou outras *coisas* de outras pessoas. Por diversas vezes observei a camisola da minha avó sem saber explicar se era coisa ou objeto e que diferença isso fazia. Mas um acontecimento não pude deixar de notar: as marcas da passagem do tempo aqui e ali que vão, pouco a pouco, transformando por completo a camisola. Conforme indica Ingold (2012, p. 29) a coisa “é um ‘acontecer’, ou melhor, um lugar onde vários acontecimentos se entrelaçam”, assim passo cada vez mais a ver a camisola – e as coisas em geral – como coisas que estão vivas e sendo permeadas pelo tempo, bem como permeando-o.

Ou seja, parece-me inconcebível pensar essa camisola enquanto coisa estática e encerrada em si mesma, pois, de que outra maneira se poderia explicar a ação do tempo sobre ela? Os amarelados, os cheiros, os puimentos... O tempo age sobre a camisola assim como age sobre todas as coisas vivas, muda a cor, a textura, o formato... A camisola *parece* sempre a mesma, mas não é, ela é todo dia uma nova e sempre viva coisa, sendo permeada e permeando:

A coisa tem o caráter não de uma entidade fechada para o exterior, que se situa no e contra o mundo, mas de um nó cujos fios constituintes, longe de estarem nele contidos, deixam rastros e são capturados por outros fios noutros nós. Numa palavra, *as coisas vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas (Ingold, 2012, p. 29).

Ao encontro dessa reflexão sobre a coisa enquanto porosa, fluida e que vaza, Merleau-Ponty (1999), quando na reflexão sobre a “síntese do corpo próprio”, já considerou uma miscibilidade entre corpo e coisa, por meio do exemplo de um corpo cego que explora o mundo fazendo uso de uma bengala. Pois, é quando a bengala se torna familiar que o mundo dos objetos a ser tocados recua da epiderme da mão para a extremidade da bengala. Ainda nesse sentido, Olivia von der Weid (2015) enfatiza que quando o uso da bengala se torna *transparente*, ou seja, fluido, a bengala passa a ser membro, não apenas como uma expansão da mente ou da percepção, mas do próprio corpo.

Ao pensarmos sobre o corpo e as coisas, penso ser preciso levar em conta o corpo *com as coisas em relação*: corpo, olhos, ouvidos, boca, nariz, ambiente, árvores, coisas, roupas, bengala, sapatos, céu, chão... tudo está em emaranhamento, tudo existe um em relação ao outro – ou por causa da relação com o outro. Gregory Bateson (1998 apud Weid, 2015, p. 947) reiterou que “a pergunta sobre o limite do ‘Eu’ – se estaria na fronteira da pele ou situado em algum lugar no meio da bengala – não faz sentido, sendo necessário levar em conta o sistema como um todo – a rua, a bengala, a pessoa e assim sucessivamente”.

Antes de conceber a noção de emaranhado ou malha, Ingold (2022) conjectura as noções de ponto e linha: o ponto é análogo à semente, que ao encontro da terra – coisa viva e porosa – brota em linhas que seguem várias direções: caule, folhas, raízes... que se emaranham ao ar, à terra e a si mesmas – no caso das raízes que se emaranham embaixo da terra com toda a sorte de vida que há. O autor se remete à noção de rizoma de Deleuze e Guattari, eu, por minha vez, associo o emaranhado à noção de micélio¹⁹.

Essa reflexão, por fim, me remete à clássica questão: “o que veio primeiro?”. O ar, a terra, a semente, a água, o calor, a raiz, o micélio, os fungos, as folhas, o caule, a camisola, o tecido, a fábrica? Para responder essa questão deveras complexa, seria talvez preciso separar tudo e ordenar em caixinhas – talvez possamos chamá-las objetos – e isso não é possível, parece pensar Ingold (2012, p. 32, grifo meu) quando diz:

A vida no ASO não é contida; ela é inerente às próprias circulações de materiais que continuamente dão origem à forma das coisas ainda que elas anunciem sua dissolução. É através de sua imersão nessas circulações, portanto, que as coisas são trazidas à vida.

Por meio dessa digressão, ao encontro das afirmações de Ingold, cheguei à resposta para uma questão que me estava latente no período da qualificação, que era como eu faria para interrogar as coisas separadas das pessoas, como fazer com que as coisas falassem... Chego à conclusão de que não é possível, pois tirar as coisas desse emaranhado é destituí-las de vida e torná-las inertes, as coisas só podem trazer respostas e suscitar novos questionamentos se estiverem emaranhadas.

¹⁹ A trama micelial é, contemporaneamente, evocada por diversos autores e autoras como: Donna Haraway, Anna Tsing, Merlin Sheldrake e o próprio Ingold.

3.2. Coisas e pessoas emaranhadas

É precisamente onde o alcance da imaginação encontra a fricção dos materiais, ou onde as forças da ambição roçam nas bordas ásperas do mundo, que a vida humana é vivida (Ingold, 2022, p. 103).

Seguir as coisas em si mesmas, conforme Appadurai (2021), é essencial, pois os significados das coisas estão circunscritos – mas não limitados – em suas formas, usos e trajetórias, e é por meio da análise destas trajetórias que podemos interpretar as transações humanas que *dão vida às coisas*. Ainda, para Appadurai (2021), se por meio de uma perspectiva teórica os humanos codificam as coisas, por meio de suas significações, é por meio de um ponto de vista metodológico que as coisas desvendam seu contexto humano e social.

Para que chegue ao patamar de elucidar, mesmo que em parte, seu contexto humano e social, é preciso que as coisas existam, logo, é preciso que sejam produzidas. Aqui, considero que esse é modo pelo qual os objetos entram em nossas casas e em nossas vidas: como coisas materialmente concebidas, como *mercadorias*, mas, faço um adendo, pois considero que a existência primeira das coisas não é a fim de suprir uma necessidade material, mas uma necessidade simbólica (Douglas e Isherwood, 2004).

Essas coisas, às quais se referem os autores mencionados anteriormente, são para Marx (2017), mercadorias, ou seja, objetos externos produzidos por meio de trabalho humano que visam satisfazer necessidades humanas por intermédio de suas propriedades, e são, sobretudo, produzidas para ser trocadas – pois é na troca que a mercadoria se efetiva como tal –, sendo compostas por uma dupla face: *valor de uso* e *valor de troca*. Mas na produção da mercadoria, Marx (2017, p. 118-119) enfatiza que não é suficiente que o trabalhador produza algo útil com seu trabalho, visto que “[o trabalhador] tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. Para se tornar mercadoria, é preciso que, por meio da troca, o produto seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso”.

Mas, Appadurai (2021) argumenta que perceber a mercadoria apenas sob essa perspectiva é deveras limitante, pois se atenta apenas para mercadorias

enquanto bens manufaturados (ou serviços) que estejam associados ao modo de produção capitalista, ou seja, sendo somente encontradas onde instaurou-se o capitalismo. Deixando, desse modo, de perceber uma ampla gama de *mercadorias* e suas variadas transações em *outras* sociedades. Afinal, sociedades não-industriais podem ter tanta afinidade com as coisas quanto nós (Miller, 2013). Basta lembrar das conchas, colares e pulseiras do *kula* trobriandês; ou do gado Nuer (Pritchard, 2013); ou ainda os *kwaimatnié* dos Baruya (Godelier, 2001)...

Para isso, é preciso considerar não uma oposição extremista entre Mauss e Marx, mas conjugar suas teorias. Com frequência, dádivas são pensadas em oposição à circulação de mercadorias, pois, enquanto os presentes criariam um vínculo entre pessoas, inserindo as coisas no fluxo das relações sociais – e, portanto, mediados pela sociabilidade –, as mercadorias atuariam livres de coerções morais e/ou culturais, sendo mediadas pelo dinheiro e não pela sociabilidade (Appadurai, 2021). Ainda, de acordo com Appadurai (2021, p. 24), é essencial notar os paralelos existentes entre dádivas e mercadorias, sobretudo, “paralelos estratégicos entre a troca de presentes e as práticas ‘econômicas’ mais ostensivas”. Por sua vez, Bourdieu (2002), ressalta um “espírito” comum que subjaz à troca de presentes e à circulação de mercadorias:

Se é verdade que o intervalo de tempo interposto é o que permite ao dom ou ao contra dom aparecer como um ato inaugural de generosidade, sem passado nem porvir, quer dizer, sem cálculo, vemos que, reduzindo o politético ao monotético, o objetivismo aniquila a verdade de todas as práticas que, como a troca de dons, tendem a ou pretendem suspender por um tempo o exercício da lei do interesse. Porque dissimula, estendendo-a no tempo, a transação que o contrato racional encerra no instante, a troca de dons é o único modo de circulação dos bens a ser, senão praticado, pelo menos plenamente reconhecido em sociedades que, nos termos de Lukács, negam "o verdadeiro solo da sua vida" e que, como se não quisessem e não pudessem conferir às realidades econômicas o seu sentido puramente econômico, têm uma economia em si e não para si (Bourdieu, 2002, p. 237-238).

Ou seja, Appadurai (2021) interpreta que o que Bourdieu afirma é a troca de presentes como sendo uma forma específica de circulação de mercadorias. Pois, para Bourdieu (2002, p. 247), “as práticas não param de obedecer ao cálculo econômico, ainda quando dão todas as aparências do desinteresse, porque escapam à lógica do cálculo interessado (no sentido estrito) e porque se orientam em função de apostas não materiais e dificilmente quantificáveis”. É fundamental que se considere uma dimensão “estratégica” em todas as formas de troca.

Para que nos atentemos às mercadorias/coisas em sua complexidade, Kopytoff (2021) sugere que façamos uma abordagem das mercadorias como coisas inseridas em *uma determinada situação*, considerando o *potencial mercantil* de todas as coisas. Isso significa olhar para o potencial mercantil de todas as coisas, buscando também romper com a visão marxista de mercadoria – dominada por uma perspectiva da produção – e concentrar-se na *trajetória das coisas* – desde sua produção, passando por sua distribuição/troca, até seu consumo. Para tal, Kopytoff (2021) sugere que as coisas transitam: *dentro e fora do estado de mercadoria*. Ao que eu acrescento: transitam o estado de coisa e de objeto, mantendo em si as duas dimensões, sendo que o que vai determinar de fato seu *status* é seu contexto social.

Mas, todos os esforços em definir as mercadorias estão condenados à infertilidade, caso não elucidem as mercadorias em movimento, e, para isso, Appadurai (2021), postula a existência de três séries de distinções entre mercadorias:

- Mercadorias por destinação, ou seja, objetos destinados principalmente a troca pelos próprios produtores;
- Mercadorias por metamorfose, coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadoria;
- Mercadorias por desvio, um caso especial, mais acentuado, de mercadorias por metamorfose, isto é, objetos que são postos no estado de mercadorias embora estivessem, em sua origem, especificamente protegidos de tal estado
- Ex-mercadorias, coisas retiradas, quer temporária ou permanentemente, do estado de mercadoria e postas num outro estado.

Ora, é por meio do trabalho humano – enquanto processo de materialização e transformação – que tanto as coisas, quanto os benefícios e as significações advindos dessas coisas são produzidos e entram em nossa cotidianidade – ou seja, mercadorias por destinação. Mas não é, necessariamente, como tal que permanecem em nosso cotidiano acompanhando grande parte de nossas vidas:

se a mobilidade e a contingência acompanham nosso viver e nossas interações, há algo que desejamos que permaneça imóvel, ao menos na velhice; o conjunto dos objetos que nos rodeiam. Nesse conjunto amamos a quietude, a disposição tácita, mas expressiva. Mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade. São estes os objetos que Violette Morin

chama de *objetos biográficos*, pois envelhecem com seu possuidor e se incorporam à sua vida. [...] Cada um desses objetos representa uma experiência vivida. [...] O que se poderá igualar à companhia das coisas que envelhecem conosco? Elas nos dão a pacífica impressão de continuidade. [...] Porque as coisas que modelamos durante anos resistiram a nós com sua alteridade e tomaram algo do que fomos (Bosi, 2004, p. 441;443).

Quando Bosi (2004) postula esse quase amálgama entre as coisas e os sujeitos que habitaram durante muito tempo o mesmo espaço – ao afirmar que as coisas que modelamos também tomaram algo do que fomos –, me parece que essas coisas, embora tenham adentrado ao espaço da casa como mercadorias – por destinação –, já deixaram de sê-lo e passaram a ser uma coisa outra, uma ex-mercadoria, como sugeriu Appadurai (2021).

As coisas que convivem cotidianamente conosco e se mesclam ao nosso ser, compõe-nos, tornam-nos quem pensamos ser (Miller, 2013). Elas deixam um pouco de si e levam consigo um pouco de nós. Corroborando essas afirmações, Stallybrass (2007) afirma que, quando vestiu o casaco de seu falecido amigo Allon, era como se o amigo estivesse “lá”:

Se eu vestia a jaqueta, Allon me vestia. Ele estava lá nos puimentos do cotovelo, puimentos que no jargão técnico da costura são chamados de “*memória*”. Ele estava lá nas manchas que estavam na parte inferior da jaqueta; ele estava lá no cheiro das axilas. Acima de tudo, ele estava lá no cheiro. Comecei a acreditar que a mágica da roupa está no fato de que ela nos recebe. Os corpos vêm e vão: as roupas que receberam esses corpos sobrevivem. Elas circulam [...]. Ou são passadas de pai para filho, de irmã para irmã, de amigo para amigo. A roupa tende, pois, a estar poderosamente associada com a memória ou, para dizer de forma mais forte, *a roupa é um tipo de memória*. Quando a pessoa está ausente ou morre, a roupa absorve sua presença ausente (Stallybrass, 2007, p. 10-11; 14).

As coisas, de acordo com o que postula Stallybrass (2007), sobrevivem a nós e nos transcendem. E, uma vez que as coisas *circulam* incansavelmente na vida social, acompanhar de maneira crítica e descritiva suas transformações em diferentes contextos sociais e simbólicos é, em grande medida, compreender parte da própria dinâmica da vida sociocultural com seus conflitos, ambiguidades, paradoxos, bem como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva (Gonçalves, 2007). Ainda, de acordo com Stallybrass (2007), é no vai-e-vem dessa circulação que, a medida em que as coisas mudam de mãos, elas vinculam pessoas em *redes de obrigações*.

Em uma das noites de minha primeira incursão em campo, com um ouvido na novela e outro na conversa, ouvi Conceição dirigir-se ao marido Adilson:

[Conceição]: Não tem uma faca daquelas aí pra dar pra Carol?

[Adilson]: Daquelas por gravar? Não tenho.

[Conceição]: Não precisa ser gravada, daquelas que tu deu para os teus sobrinhos.

[Adilson]: vou procurar.

[Conceição]: o teu tio encomendou dessas facas uma pra cada sobrinho dele, mandou gravas os nomes, vem com bainha e tudo. Nunca me interessei em dar uma pra sobrinho nenhum meu, nunca teve nenhum tão chegado. Os sobrinhos do teu tio são meus sobrinhos também, acho que são até mais meus do que dele, tão sempre aqui na minha volta. Os “Pereira” não são muito chegados. Mas os sobrinhos daqui do lado do Adilson todos tem cada um uma faca.

Volto minha atenção para Adilson que vem com uma faca envolta por uma bainha de couro: uma corneta três listras. Ele se dirige a mim:

[Adilson]: tu tem uma moeda pra me dar?

Eu, com algum espanto respondo que sim.

[Adilson]: pode ser de qualquer valor.

Ele e Conceição então me explicam que não se dá uma faca sem nada em troca, que isso “estraga” e “corta” as relações entre as pessoas que participaram da troca, sendo então necessário dar algo em troca.

Fico um tempo pensando, pois só tinha algumas moedas de alguns centavos ou um real, considerei que nenhuma estaria “à altura” da faca que me era oferecida. Então lembrei que eu tenho o costume de guardar moedas de um real de edições comemorativas especiais, como as dos jogos olímpicos ou dos 50 anos do Banco Central. Peguei uma moeda colecionável com a mascote Tom Paraolímpico das olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016. Ofereci a Adilson a moeda, que ele por sua vez pegou e ofereceu-me a faca.

Adilson então pegou a faca novamente, desembainhou e ensinou-me a afiar fazendo uso da chaira. Ainda acrescentou: “não deixa ninguém mais usar a tua faca!”.

No momento em que esses fatos ocorreram eles me pareceram um desses momentos que só perceberemos a grandiosidade muito tempo depois, como sugere Favret-Saada (2005). Quando Conceição diz que nunca se interessou em presentear

seus sobrinhos com facas artesanais, que eram mandadas fazer por seu esposo para presentear os sobrinhos *dele*, pode-se pensar em termos estruturais, ou seja, em estruturas que são *elementares e fundantes*.

Por um lado, é possível interpretar que ao dizê-lo, Conceição sente-se de alguma forma mais fortemente vinculada à família do esposo do que a sua por nascimento. Por outro lado, se nos atentarmos mais minuciosamente, as facas eram dadas aos *sobrinhos*²⁰ de Adilson, não aos de Conceição, logo, seguindo a “ordem natural” das coisas eu não teria recebido este presente.

A primeira questão que eu penso ser importante de destacar, é o fato de que Conceição expõe sua insatisfação com a ausência dos sobrinhos, ou seja, ela espera um primeiro passo, uma iniciativa dos sobrinhos para que se façam presentes em sua vida, a partir desta presença é que os sobrinhos passariam a ser elegíveis de receber a faca – a *dádiva* –, claramente um item de *distinção*. Ainda sobre o episódio da faca, penso que Aline Rochedo (2021), por meio de sua teoria das *dinastias afetivas*, pode lançar luz sobre esta questão. Uma vez que estas dinastias não são pensadas como estruturais, tampouco são fundadas sobre hereditariedade ou parentesco de sangue, são sobretudo afetivas, ou seja, os sujeitos vinculam-se, revinculam-se, desvinculam-se e fazem família conforme seus afetos e desafetos oferecendo presentes e dotando-os de narrativas.

Nesse sentido, considero que se descortina diante de nós não uma cisão entre pessoas e coisas, mas uma comunhão. E é assim, Gonçalves (2013) afirma, que se expõe o quanto somos dependentes – como coletividades e indivíduos – dos processos de *produção, circulação, consumo e destruição* [fazendo referência ao *potlatch*] dos objetos materiais dos quais fazemos uso em nosso dia a dia. Embora possa parecer paradoxal, Miller (2013) sugere que a melhor forma de compreender, transmitir e contemplar nossa humanidade é, na verdade, atentar-se para nossa materialidade fundamental.

Ainda, podemos considerar a fala de Adilson, de que ninguém mais deve encostar na faca, da perspectiva de Weid (2015), como uma extensão do corpo de

²⁰ Aqui há, também, uma situação em que as posições de gênero são bastante marcadas. Infelizmente, por questões éticas, eu não posso dar aprofundamento a este acontecimento de uma perspectiva de gênero. Mas, creio que possa afirmar que, em Dom Pedrito, há uma fronteira bem delineada – mas não intransponível – entre “coisas de homem” e “coisas de mulher”.

seu dono, e, mexer na faca alheia pode ser visto como uma violação deste *corpo estendido*.

3.2.1. Animando o “inanimado”: uma cadeira, os rádios e as *Irmãs Galvão*

Quando em campo, conversando com minha tia Conceição, que foi de certo modo minha *interlocutora chave*²¹, mas também muito mais, eu contava a ela sobre como começou a ideia para esta pesquisa, sobre como tudo começou com a camisolina de Adeonides. E, seguiu-se a conversa abaixo...

[Conceição]: que coisa né. Quem ia pensar... Quando a mãe ficou doente o lago estava para nascer e o Jonas era pequenininho. Quando ela morreu vocês eram pequenos e a tua mãe veio de novo. Ela me ajudava a dar banho no lago²². Foi a tua mãe quem me ajudou a arrumar as coisas da mãe, trouxemos tudo pra cá em sacolas e fomos arrumando. Perguntei pra Neli se ela queria alguma coisa, ela escolheu a camisolinha. Lembro que ainda coloquei em um saquinho! Um saquinho tu imagina? E agora tu tá aqui.

Penso que, neste momento, Conceição experienciou o momento de “*pasmo essencial*” a que me referi quando falei sobre método. Neste momento, minha tia percebeu a potência da camisola, potência esta que segue a me espantar diariamente.

Em uma conversa posterior com Conceição, perguntei que coisas ela guardava, quais coisas ela tinha ainda com ela. Ela, então, mostrou-me algumas louças antigas (Figura 8) que foram de Adeonides, revisitou os álbuns fotográficos e mencionou uma cadeira baixa, que pertenceu – ou ainda pertence? – à Lara que utilizava a cadeira para sentar-se em frente ao fogão a lenha e acender o fogo. Após a morte de Lara, Conceição e minha mãe foram à casa de Lara para organizar as coisas e decidir o que seria doado, o que seria descartado e o que seria guardado.

²¹ Acredito que são diversos os motivos que tornaram Conceição minha interlocutora chave. Alguns mais objetivos, outros menos: a casa de Conceição foi, durante todo o trabalho de campo, a casa em que me hospedei – e em que me hospedei todas as vezes que vou a Dom Pedrito; Tanto Conceição, quanto eu, somos as filhas mais novas e assumimos, em nossos núcleos familiares, responsabilidades parecidas; Outra questão que pode ter influenciado é que Conceição é minha tia mais nova, ou seja, com idade mais próxima da minha, o que faz com que tenhamos similaridades geracionais.

²² Quando Adeonides faleceu, lago, o filho mais novo de Adilson e Conceição, ainda não tinha completado um ano de idade. Lembro-me do divertimento que era para minhas tias banharem o bebê, afinal todas elas já tinham filhos crescidos que já não precisavam de alguém que lhes desse banho.

Conforme Conceição e Neli, a filha mais nova de Lara só queria coisas que poderiam ser usadas por ela e pelas filhas, como roupas e calçados, e os demais itens deveriam ser destinados conforme Conceição achasse melhor.

Figura 8 – Louças de Adeonides que estão com Conceição.



Fonte: acervo de campo da autora (2024).

Foi assim, que a cadeirinha acabou ficando com Conceição. Quando minha tia começou a falar, nem precisei fazer mais perguntas...

[Conceição]: aonde eu vou, levo esta cadeira (Figura 9). Eu chamo ela de Lara. Quando vamos tomar chimarrão na frente eu pergunto para o teu tio "tu trouxe a Lara?". Eu uso para colocar o chimarrão em cima, é a cadeira do chimarrão. Se alguma coisa está no alto, eu uso pra subir, se alguma coisa está no baixo eu uso pra sentar e alcançar.

Acrescento que, além do cigarro, o chimarrão era uma das grandes paixões da minha tia Lara.

Figura 9 – A cadeirinha de Lara.



Fonte: adaptado do acervo de campo da autora (2024).

Destaco que em momento algum Conceição se refere a si mesma como dona da cadeira, tampouco como se a cadeira tivesse pertencido a Lara em outro tempo, para Conceição *a cadeira é*²³ de Lara.

Mais de uma vez tive a oportunidade de participar em interações que envolviam mais de uma pessoa, na ocasião que trago a seguir, estávamos reunidos em Dom Pedrito para a festa de aniversário de Adilson:

Nos dias em que estive em Dom Pedrito para o aniversário de Adilson, minha tia Leci estava com um dos pés quebrados, de modo que Conceição dava-lhe banho todos os dias de manhã.

²³ Neste ponto faço referência à obra *O enigma do dom*, de Maurice Godelier (2001, p. 184), quando o autor afirma que a pedra negra que os baruya utilizam para confeccionar os *kwaimatnié* – objetos sagrados de culto para os baruya – “não é o signo, o símbolo de Vênus e dos poderes femininos. Ela é Vênus, ela é esses poderes. Ela os contém”.

Para facilitar com a locomoção segura, Leci usava duas muletas no estilo canadense. Em uma noite, quando estávamos reunidos na cozinha, Adilson perguntou onde estavam “As irmãs Galvão”, ao que Conceição acrescentou que eles haviam apelidado as duas muletas de “as irmãs Galvão” (Figura 10) e agora todos referiam-se às muletas como tal.

Confesso que foi com muito divertimento e nenhum sacrifício que acatei a nomenclatura sugerida. Neste caso, evoco Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), que consideram que as coisas que consumimos estão atreladas a um sistema que é, sobretudo, um sistema de significação que supre *necessidades simbólicas*. Logo, as coisas que temos, usamos e guardamos não existem primeiro porque são úteis, mas porque significam e nos comunicam.

Figura 10 – Dupla *As irmãs Galvão*.



Fonte: adaptado do site oficial *As Galvão* (2024)²⁴.

As irmãs Galvão ou *As Galvão* foi uma dupla sertaneja formada pelas irmãs Mary e Marilene Galvão em 1947, quando tinham apenas sete e cinco anos respectivamente (As Galvão, 2024). De acordo com o site oficial *As Galvão* (2024), as irmãs gravaram mais de 300 músicas, entre elas a mais conhecida é *Beijinho doce*, receberam reconhecimento nacional e internacional, ganharam prêmios e conquistaram uma carreira de 70 anos, até que Marilene Galvão faleceu em 2022, aos 80 anos, em decorrência de complicações do Alzheimer.

Neste caso, parece-me importante pensar sobre o papel que o rádio desempenhava nas vidas dessas mulheres, mas também para as pessoas que viveram essa mesma época. Para além de gerar um espaço de socialização, como relatou minha mãe sobre quando as pessoas que não tinham rádio acabavam por

²⁴ Disponível em: <https://www.asgalvaoooficial.com.br/memorial-irmas-galvao/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

reunir-se nas casas das pessoas que tinham para aproveitar o entretenimento, acredito que o rádio despertava também a imaginação:

[Neli]: Nunca imaginei que teríamos tantas coisas. Quando eu era criança eu ouvia a novela no rádio e imaginava como era tudo, como podia ser. Nunca pensei que podia ter uma coisa como televisão ou cinema.

Ao encontro disto, é importante pensar, igualmente, acerca da música e das radionovelas como fontes de memórias e de sentidos e significados. Para além disso, podemos ver história, classe, gênero e outros tantos elementos ao observar os gostos musicais dos indivíduos e de seus grupos e as possibilidades de entretenimento a que tinham acesso.

3.3. As coisas fazem (re)memorar

*Quando eu me for deste mundo
Pra o mundo do nunca mais
Quero que fique o meu canto
Pra que eu não morra jamais.
Canto Saudade – Gelson Manzoni*

As coisas se emaranham ao ser social de tal modo que, para alguns de nós, são parte de nossas existências cotidianas... As coisas têm cor, cheiro, textura, marcas, sabor... Estão presentes nas nossas práticas, tempo, espaços, socializações, narrativas, memórias, afetos. Difícil traçar um limite entre objetos e o que eles possibilitam em nós. Afinal, quais narrativas pode uma camisola possibilitar?

O primeiro berço do filho, a banheira na qual a avó deu o primeiro banho no recém-nascido, a ânsia para escolher a primeira roupinha, as alianças de um casal... Essas coisas seguem nos acompanhando onde quer que estejamos. E, em conformidade com Dohmann (2013), desde o princípio de nossa existência estamos em contato com objetos, logo, é fundamental considerar uma importância das coisas para além de seu potencial utilitário ou instrumental, mas enquanto parceiros de vida dos sujeitos. São, assim, tanto narrativas quanto narradores.

As coisas – sejam elas nossas, de outros, ou até mesmo do Estado – não são inertes e passivas: elas circulam, são transmitidas de diferentes maneiras, são

transformadas em sua forma e em seus significados, ao passo que também transformam. Entre as diversas coisas que nos pertencem ao longo da vida, qual está mais próxima de nós que não a roupa? E, talvez por isso, entre as coisas que foram de minha avó, logo a camisola é que me desperta os sentidos e a memória. Trata-se de uma roupa feminina, que fala sobre o feminino familiar, meu, de nossos entornos.

Ao seguir as coisas – e suas pessoas – espero levantar questões e trazer à tona narrativas que as pessoas sozinhas não o fazem. Ora, não espero – e que não o espere meu leitor – que as coisas abram a boca e falem comigo de forma literal. Mas espero que através de suas *memórias* (Stallybrass, 2007) – marcas, cheiros, puídos, lascados, desgastes – as coisas contem-me suas narrativas. Bem como Bosi (2004, p. 442) pontua:

As coisas nos falam, sim, e por que exigir palavras de uma comunhão tão perfeita? Não só em nossa sociedade dividimos as coisas em objetos de consumo e relíquias de família. [...] Essas propriedades são sagradas, não se vendem, nem são cedidas, e a família jamais se desfaria delas a não ser com grande desgosto. O conjunto dessas coisas em todas as tribos é sempre de natureza espiritual.

Quando rememoramos, de acordo com Halbwachs (1990), e este é sobretudo um ato de reconstituição dos fatos feito pelo indivíduo no presente, não o fazemos em solidão absoluta: nunca se está de fato só, ainda somos membros da sociedade e ainda desempenhamos nossos papéis sociais, de modo que as rememorações são sustentadas através dos – e em conjunto com – outros. Ainda, Candau (2006) salienta que, em última instância, não há memória que seja estritamente individual ou estritamente coletiva.

Ora, este outro com quem convivemos e rememoramos, não é um outro nu ou despossuído. Com efeito, Turner (2012) salienta que o homem nasce nu, mas está vestido em todos os lugares (de roupas ou de seus equivalentes simbólicos), ou seja, vestido de cultura. Tampouco são nus os espaços em que se desenrola a trama da vida – como menciono na Introdução –, ainda, podemos considerar, partindo de Ingold (2012), que os espaços sem coisas são de fato inabitáveis:

Por meio das coisas nós construímos nossa auto-imagem [ou identidade], cultivamos e aprimoramos relações. As coisas ainda mantêm um passado que nos é vital. Um carro antigo, cartas velhas, uma boneca favorita – cada uma preenche nossa memória com ricos detalhes de outros tempos. As

coisas não apenas nos fazem retroceder no tempo, mas também tornam-se tijolos que conectam o passado ao presente (Weiner, 1988, p. 159).

Essa conexão entre passado e presente afirmada por Weiner (1988), é também evocada por Nancy Munn (1986), pois em Gawa a epítome da generosidade é o ato de dar de comer aos convidados. Esse ato, gera uma ascendência daquele que “dá” sobre aquele que “come”, ou seja, o ato de comer *se prolonga* para além do momento em que acontece, criando um *vínculo* entre doador e receptor. Ao alimentar os visitantes externos, esse ato de comensalidade inicia uma *relação espaço-temporal que se estende, para além do doador e do momento presente e para além de Gawa*. Ou seja, há um valor de *transformação espaço-temporal* conectado no processo dialético de transmitir e comer a comida – ou de dar e receber algo – quer dizer, se eu consumo a comida, esse processo fica restrito ao aqui e agora, mas se eu sirvo a comida para o visitante, essa comensalidade vai gerar relações que vão transcender o espaço-tempo em que me encontro.

Pensado na camisola de minha avó, o objeto poderia ter sido doado, vendido ou descartado. Mas, ao ser *guardada*, engendrou-se a possibilidade de continuidade e transcendência, a possibilidade de que, no futuro, vínculos fossem estabelecidos e mantidos *com* e por meio *da camisola*. Ainda na introdução, questionei sobre a potência dos objetos que nos levam a guardá-los sem poder, no entanto usá-los. Penso essa potência como *dádiva*²⁵, pois “a dádiva é um sistema teórico relacional que revela a complexidade das relações sociais no passado e no presente” (Martins, 2017, p. 163). Mas, não considero apenas a dádiva de Mauss (2018), mas o adensamento da dádiva com Godelier (2001). Especialmente quando o autor afirma ser cada vez mais necessário explorar não só o que se dá ou o que se troca, mas o que *se guarda*, pois com frequência, o que é guardado é considerado “sagrado”, levando-nos a questionar o que atribui a esse objeto uma característica “sagrada”, por fim, levando-nos a questionar o que é “sagrado” (Godelier, 2001). O que poderia nos levar a considerar que o objeto em questão foi “feito” para ser sagrado, se pensarmos

²⁵ Como é sabido, o dom ou a dádiva, considera a presença de uma obrigação social constituída de três movimentos – [dever] doar, receber e a retribuir – que, conforme Mauss, existiria em todas as sociedades tradicionais e modernas.

em objetos religiosos como imagens de santos por exemplo, mas o que o autor afirmou é que:

Os objetos não têm necessidade de ser diferentes para operar em diferentes domínios e vale a pena examinar como, às vezes, um mesmo objeto pode ser sucessivamente vendido, dado e terminar enfiado no tesouro de uma família ou de um clã. Não é o objeto que cria as diferenças, são as diversas lógicas dos domínios da vida social que lhe conferem sentidos diferentes na medida em que se desloca de um para outro e troca de função e de emprego (Godelier , 2001, p. 165).

Ao encontro das afirmações de Godelier, também estão as afirmações de Douglas e Isherwood (2004, p. 36), quando dizem que as coisas são neutras, os seus usos e significações são *sociais*, “podem ser usados como cercas ou como pontes”, esta é uma definição contextual.

Ou seja, as fronteiras que separam objetos sagrados e objetos mundanos não são dadas ou pré-concebidas, mas são humana e socialmente constituídas por meio dos sentidos que as pessoas atribuem às suas coisas. Mediante a perspectiva da dádiva, aqui afirmada, o mundo não é somente dicotômico entre objetivo e subjetivo, ele é mais: “ele é fluxo de intenções, de imagens, de gestos e de ações plenas de significações ritualísticas e que se expressam na *circulação de bens materiais e imateriais* entre grupos e indivíduos” (Martins, 2017, p. 181).

3.4. Por que guardar afinal?

[Conceição]: Eu guardo coisas que nem sei porquê, acho que só um psicólogo pra estudar.

Trecho do diário de campo datado de 4 de abril de 2023.

Quando Conceição me disse a frase acima, confesso que mentalmente completei “ou uma antropóloga”. Mas não o disse, pois deixei que ela seguisse o fluxo das coisas que dizia e, pelo menos em Dom Pedrito, um dos maiores desrespeitos que pode haver é interromper uma pessoa que fala. Logo, é preciso saber quando falar e quando silenciar, fazendo com que os silêncios constituam uma parte fundamental das comunicações que se estabelecem.

Quando estivemos, minha mãe e eu, em Dom Pedrito para o aniversário de Adilson, tive a sorte de fazer uma conversa coletiva com minha mãe, Neli, e minhas

tias: Leila, Leci e Conceição. Em um dado momento uma delas, creio que foi Leci, perguntou: - *“tá, mas e quem usa essa camisolinha?”*. Ao que, apressadamente, eu e outras interlocutoras respondemos em uníssono: *“ninguém usa, é guardada de lembrança”*.

Por que guardamos? Guardamos coisas que não podemos ou não conseguimos usar, doar, tampouco vender... Considero, em alguma medida, que essas coisas que guardamos, conservamos e passamos adiante não deixam de exercer uma “função”, só é uma função diferente do que quando eram mercadorias e, talvez por isso, essa função das coisas passe mais despercebida. Miller (2013) já chama a atenção para a *“humildade das coisas”*, que permite com que as coisas adentrem nossos lares calma e pacificamente – mas jamais passivamente – e determinem nossas expectativas, controlem nosso comportamento e estabeleçam o “cenário” sem questionamentos.

Nesse sentido, a última vez que estive em campo, conversei com minha tia Conceição que lembrava dos velórios dos irmãos... Em um dado momento ela afirmou que tem guardados os rádios que pertenceram a José e Lara:

[Conceição]: As coisas dos meus irmãos ninguém bota fora, pode me dar pra cá. São coisas que se guardam... eu ainda tenho o hábito de guardar...

Ainda me disse que, quando ela falecer, devemos tocar as músicas que ela gosta durante o velório e depois trazer o “radinho” dela pra casa, pra que seja guardado junto com os demais. Ingold (2022a, p. 90) destaca que, em vez de solucionar problemas, de simplesmente satisfazer necessidades ou de encontrar soluções, o projeto – o design – das coisas é responsável por “estabelecer as regras do jogo”. Quando Conceição fala, ela não diz que guarda os rádios que *são dela*, tampouco os que *foram* dos irmãos, ela afirma que guarda os rádios *dos irmãos*, que as coisas que são dos irmãos José e Lara *“ninguém leva”*, porque José e Lara já se foram, mas as coisas, estas ficaram.

Ora, essa pertença à rede familiar está para além do fato de ter nascido nela ou de partilharmos nossos genes, transpõe o fato de que me pareço com minha mãe fisicamente, ou que meu sobrenome é Pereira Dias – como o de meus pais e meus irmãos – e não Silva ou Santos, mas é também uma pertença *porque possuo a*

camisola da minha avó, porque minha tia Conceição possui os rádios de José e Lara, porque vesti e ainda guardo o vestidinho de crochê (Figura 11) que foi de Michele...

Vejo as fotos que me são mostradas e as histórias narradas com elas, afinal, como sugere Barros (1989), as lembranças da infância são mantidas e enriquecidas pelo uso da fotografia – que também pode ser pensada como *um dos* suportes materiais dos quais a memória se vale Candau (2006). Mas não é só...

Figura 11 – Michele (esquerda) e eu (direita): unidas por um vestido.



Fonte: adaptado de acervo de família (2024).

Essas evidências que trouxe anteriormente não são tudo o que constitui um grupo familiar, tampouco são suficientes para manter e continuar esse grupo. Os sujeitos sociais vão, dia a dia, constituindo, mantendo e transformando as fronteiras de seus grupos familiares. Para isso lançam mão de diversos recursos e artifícios, o que inclui disputas e tensões cotidianas para: (i) por um lado, distinguir seu grupo externamente e manter as fronteiras que os separam de outros grupos estabelecidas; por outro, (ii) para diferenciar-se internamente no grupo e pleitear uma posição mais alta e prestigiosa na hierarquia familiar. Para além do sobrenome, do sangue, das fotos, da herança genética, das aparências... São os *objetos de família e sua singularidade* que auxiliam, também, no processo de construção das fronteiras entre grupos.

Nesse sentido, a camisola de Adeonides, os rádios de José e Lara, a cadeira de Lara, o vestidinho de Michele, essas coisas que guardamos são evidências de uma vida e de uma história compartilhadas, são *distinções* de pertencimento. Há

uma conexão que se estabelece com e por meio dos objetos, algum privilégio, pertencimento e afinidades. São sentidos que dão sentidos, emprestam e vinculam pessoas, relações, espaços e tempos.

CAPÍTULO 4: Uma etnografia da circulação

O presente capítulo é, em sua essência, um capítulo etnográfico. No qual buscarei alinhar as narrativas das interlocutoras às minhas reflexões e às teorias que compõe a fundamentação teórica da dissertação.

Nesse capítulo faço uma tentativa de costurar a circulação de objetos dentro de minha rede familiar, a família, as heranças e as guardiãs de memória às narrativas colocadas pelas interlocutoras.

4.1. Sobre o campo

Passei muito tempo pensando em como introduzir na minha família o assunto da pesquisa. Uma coisa que, para mim, sempre foi certa é que eu não gostaria de fazê-lo por telefone, mas sim face-a-face: olhando nos olhos, vendo seus trejeitos e suas expressões de anuência ou rejeição. E assim o fiz. Abaixo trago o texto que redigi em 6 de março de 2023, quando consegui encontrar-me com uma de minhas interlocutoras:

Há bastante tempo tenho pensado em como introduzir ao meu grupo familiar o assunto da minha pesquisa. Entre idas e vindas no planejamento do campo, hoje (06/03/2023) minha tia Conceição e seu esposo Adilson nos fizeram uma rápida visita - ambos estavam retornando a Dom Pedrito, vindos de uns dias em Cruz Alta. Durante nossa breve conversa, minha mãe diz:

[Neli]: tu não vai falar com a tua tia? explicar o que tu vai fazer?.

Eu fui pega de surpresa, mas respondi:

[eu]: vou sim!

Ao passo que me virei para Conceição e Adilson.

[eu]: em breve vou fazer uma visita pra vocês por uns dias. A minha pesquisa é sobre relações familiares e o meu ponto de partida é a nossa família. Vou precisar encontrar as tias, ir a Bagé e caçar a tia Loiva pela cidade.

Risos foram dados após a referência de “caça” ser usada para me referir à busca de uma das irmãs de minha mãe que some com frequência.

[Conceição]: pode ir. Vamos te ajudar com tudo que pudermos. Sobre ir a Bagé, teu tio tem um trabalho em Aceguá e passa na frente da casa da Leci toda a semana.

[Adilson]: quanto a tua tia Loiva, o mais fácil é achar ela no hospital. Nem sabemos onde ela mora e mesmo que soubéssemos, ela provavelmente não estaria em casa.

[Conceição]: a única que sabe onde a Loiva mora é a Leila, mas o difícil é achar ela em casa. Como disse teu tio, é mais fácil ir no hospital e procurar a Loiva cuidadora, todo mundo sabe quem é.

[Neli]: e a Leila como está? Melhorou do pé?

[Conceição]: sim, o pé está bom, mas agora doem as mãos. Diz o médico que ela pode ficar com as mãos e pés tortos.

(...)

[Conceição]: e se tu fosse na época do aniversário? Tu pode me ajudar com as coisas da festa e aproveitamos pra tu fazer o teu trabalho.*

[eu]: Até o aniversário eu provavelmente já terei ido e voltado... Essa pesquisa não é feita toda de uma vez só... Eu preciso ir, fazer uma leva de entrevistas, voltar pra cá, pensar e escrever, ver o que está faltando e ir de novo... Então em breve eu vou pela primeira vez e na época do aniversário eu planejo uma segunda ida. Pode ser?

[Conceição]: “Hum” → o que, nesse caso, significa concordância ou anuência.

[Adilson]: vamos te ajudar com tudo que pudermos.

Antes de sair, Conceição incluiu: “tu não precisa avisar nunca, pode só ir”.

**Adilson vai fazer 60 anos em breve, a festa à qual Conceição se refere é uma comemoração está sendo organizada para celebrar a data.*

Enquanto continuamos conversando sobre trivialidades, sobre o tempo, trabalho, vida, família... pensei nos meus tios já falecidos José e Lara... Pensei nos meus avós Adeonides e João - que pouco conheci. Pensei no quanto estamos escasseando... no quanto escasseia, dia-a-dia, o nosso tempo. Quanto tempo levará para que estejamos em maior número debaixo da terra do que em cima dela?

Desde esse momento, que considerei ser um momento de “negociação” do campo, tanto sonhos variados e constantes, quanto um embrulho no estômago têm sido meus companheiros constantes, assim como a sensação de que não tenho ideia do que estou fazendo...

4.2. Etnografando com/na “familiaridade familiar”

Esta é uma viagem que já fiz muitas vezes: sozinha, com minha mãe, com meus irmãos..., mas a inquietação que borbulha dentro de mim também é um prenúncio: esta é uma viagem diferente de todas que já fiz (excerto do diário de campo de 3 de abril de 2023).

Figura 12 – A casa da tia Conceição em Dom Pedrito.



Fonte: acervo de campo da autora (2023).

Ao se etnografar em um contexto familiar (Figura 12) os dilemas e tensões que se colocam – e que vão se colocar ainda – são outros em relação à quando se pesquisa em contexto “estranho”, mas isso não significa que todo o trabalho transcorrerá sem entraves. Nesse sentido, Velho (1978, p. 128) afirma que “o processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvida, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico”.

Eu, assim como outros pesquisadores, imaginei o desenrolar do campo diversas vezes. Mas nada, e eu repito, nada me preparou para o que veio. Em um

primeiro momento, pareceu-me que eu teria uma maior facilidade em abordar as pessoas para as entrevistas abertas, mas, logo, as coisas se apresentaram de modo diferente. Abaixo trago um trecho de meu diário de campo que data de 5 de abril de 2023, e lança luz sobre o manejo das expectativas:

Por ser um campo composto de pessoas conhecidas, que pertencem ao meu convívio, inicialmente me pareceu que eu conseguiria estabelecer os contatos e “negociar” as entrevistas rapidamente. Porém, com o passar dos dias, me pareceu insensível simplesmente introduzir a pesquisa sem antes dedicar o meu tempo às pessoas.

É preciso lembrar que essas são pessoas importantes para mim. Pessoas com quem eu genuinamente me importo - mas e não deveríamos ser assim com todos os interlocutores?

O fato é que me pareceu que eu precisava adentrar lentamente, falando sobre questões cotidianas, perguntando sobre fatos corriqueiros, me atualizando sobre a vida dessas pessoas a quem estimo... me pareceu que eu deveria dedicar meu tempo a estas pessoas e, em um dado momento, as pessoas pareceram esperar isso de mim.

E assim o fiz.

Mas, se em um momento ou outro, parecia que eu sabia exatamente o que fazer, em outros eu paralisei diante da incerteza e, por vezes, não fazer nada foi a coisa certa. Por exemplo, por diversas vezes tentei ir à casa de Leila, a fim de fazer uma conversa apenas com ela. E, nas diversas vezes, recebi o que só pode ser chamado de um belíssimo drible: um dia era a presença da diarista, no outro eram visitas, num terceiro era o calor... De modo que achei melhor ceder e respeitar a vontade dela. Há sentido no narrado e também no silenciado. Pollak (1989) já chama a atenção para o fato de que nas lembranças de algumas pessoas existem zonas de silêncios e não ditos, cujas fronteiras não são fixas e rígidas, mas em constante deslocamento. Esses discursos, entre esquecimento e silêncio, vão sendo moldados por uma apreensão ou de não encontrar uma escuta, ou de sofrer uma censura por algo que se diz, ou, ainda, pelo medo de ser mal interpretado (Pollak, 1989).

Embora eu não tenha conseguido conversar sozinha com Leila, eu consegui ouvi-la em outras oportunidades, como no dia em que tomávamos chimarrão juntas –

Leci, Leila, Neli, Conceição e eu – alguns dias antes do aniversário de Adilson, e nesta ocasião Leila afirmou ter uma colher de pau que foi de Adeonides, pedi então ao meu primo, filho de Conceição, que fosse à casa de Leila para fotografar a tal colher. Conceição não conseguiu esconder seu espanto:

[Conceição]: a Leila tem coisa da tua avó? Eu duvido.

[primo]: eu também, mas se ela tiver a colher eu fotografo pra ti.

[eu]: olha... ela me disse que tinha e eu acreditei.

[Conceição]: duvido que ela tenha! Ela nunca quis nada da mãe, ela não é Pereira, ela é Leifibel²⁶.

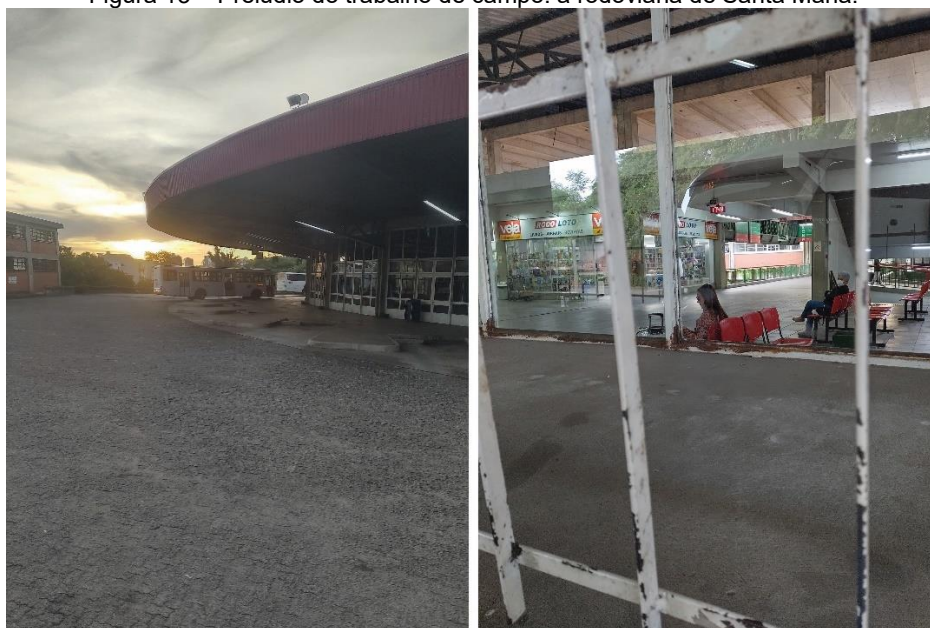
Eu então me recordei das diversas vezes em que frases desse tipo foram ditas e penso que, talvez, só talvez, Conceição esteja um pouco certa a respeito de Leila.

4.3. Indo a campo

Minha primeira ida a campo foi em 3 de abril de 2023, às 18:00 (Figura 13). Minha cidade de destino era Dom Pedrito, onde eu era aguardada. Se a distância de Santa Maria a Dom Pedrito fosse percorrida em um veículo privado – de forma direta – eu percorreria aproximadamente 262 quilômetros, ou seja, aproximadamente três horas de viagem. Quem fizer essa rota, saindo de Santa Maria, percorreria seu destino até Rosário do Sul e, ao chegar em Rosário pegaria a rota de quem vai para Livramento. Antes de chegar a Livramento, Dom Pedrito desponta no horizonte com suas casas de pé direito baixo.

²⁶ Esta família criou Leila e é com quem ela convive cotidianamente até hoje. Pensando a família em termos sociais, creio ser possível considerar Leila mais *Leifibel* do que Pereira, uma vez que seus mais variados momentos de socialização foram experienciados com eles, em vez de com a família consanguínea.

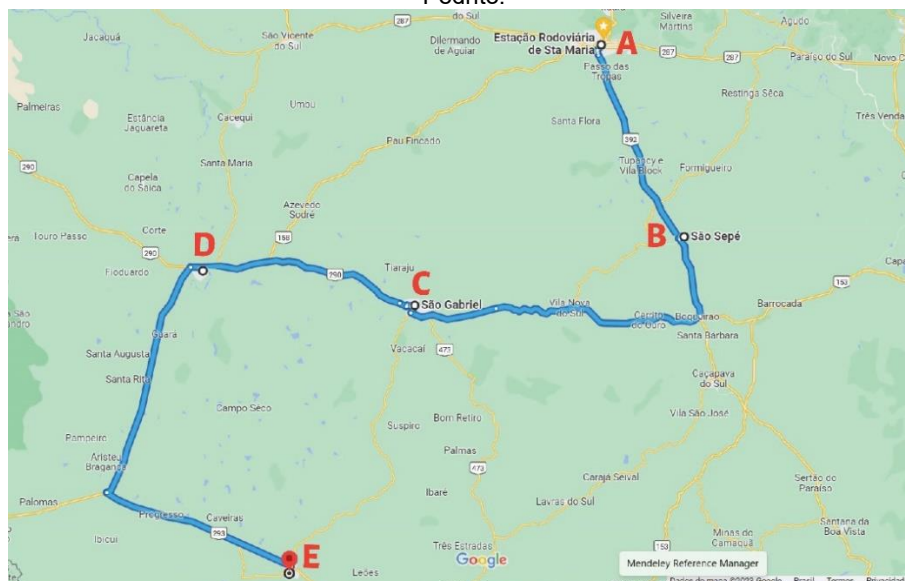
Figura 13 – Prelúdio do trabalho de campo: a rodoviária de Santa Maria.



Fonte: acervo fotográfico do campo da autora (abril de 2023).

Porém, esse não é meu caso. Eu viajo de ônibus intermunicipal, ou seja, desloco-me até a rodoviária de Santa Maria, conforme a Figura 13. E, essa é uma viagem que dura aproximadamente 6 horas e 35 minutos, cuja rota está ilustrada na Figura 14: saindo de Santa Maria (Figura 14 ponto A) às 18:00, o ônibus vai até São Sepé (Figura 14 ponto B), de onde dirige-se até a cidade de São Gabriel (Figura 14 ponto C) – nesse ponto o ônibus fica parado durante 40 minutos. Ao sair de São Gabriel a viagem segue até Rosário do Sul (Figura 14 ponto D), para, depois pegar a estrada que segue até Dom Pedrito (Figura 14 ponto E).

Figura 14 – Simulação em mapa virtual do roteiro do ônibus intermunicipal que faz o trecho Santa Maria->Dom Pedrito.



Fonte: trajeto adaptado de Google Maps (2023).

Cada vez mais me chama a atenção como os caminhos para se chegar aos lugares vão mudando, conforme passa o tempo, conforme os interesses das empresas de viagens, conforme a demanda dos viajantes...

Quando fiz essa viagem pelas primeiras vezes, ainda quando criança, os caminhos tradicionais para chegar a Dom Pedrito eram dois: pelo caminho da cidade ou pelo caminho da campanha²⁷. O caminho da cidade, se não me falha a memória, fazia a rota Santa Maria -> São Pedro -> Cacequi -> São Vicente -> Rosário do Sul -> Dom Pedrito; já o caminho da campanha, esse escapou-se da minha memória para não mais voltar²⁸, a única coisa que me recordo é que a estrada era de “chão batido”²⁹ em vez de paralelepípedos.

No pós-pandemia, com o fechamento de várias rodoviárias de pequenas cidades do interior e uma crise econômica acentuada, o caminho tornou-se um terceiro: Santa Maria -> São Sepé -> Vila Nova do Sul (se houver passageiro para descer) -> São Gabriel (aproximadamente 40 minutos de pausa) -> Rosário do Sul -> Dom Pedrito.

²⁷ Aqui no Rio Grande do Sul chamamos de “campanha” a zona rural ou o “campo”, onde vivem e trabalham as pessoas que trabalham com agricultura, pecuária ou ambos.

²⁸ É preciso destacar que hoje em dia esse caminho já não é mais feito pelos ônibus intermunicipais. Talvez apenas os moradores das localidades por onde passa esse caminho ainda façam uso dele.

²⁹ Estrada de “chão batido” é uma estrada sem calçamento, sem paralelepípedos ou qualquer obra, a terra é batida apenas pelos veículos que vão passando. Ainda é uma realidade bastante presente no interior do Rio Grande do Sul.

Totalizando, na atualidade, aproximadamente, seis horas e meia de viagem.

É importante destacar que esta viagem poderia ser feita rapidamente, em aproximadamente três horas, se a rota fosse Santa Maria - Rosário do Sul - Dom Pedrito.

Os caminhos vão mudando, o tempo vai mudando e até a paisagem apresenta algumas alterações aqui e ali, conforme mudam as estações do ano. Mas o cheiro que invade as narinas, esse é inconfundível e imutável:

O cheiro do zorrilho lá fora (mas que está impregnado por todo o ônibus) já anuncia que o nosso caminho é a região da campanha.

Esta é uma viagem que já fiz muitas vezes: sozinha, com minha mãe, com meus irmãos..., mas a inquietação que borbulha dentro de mim também é um prenúncio: esta é uma viagem diferente de todas que já fiz.

Saindo de Santa Maria às 18h, passando por São Sepé, Vila Nova, São Gabriel e Rosário do Sul, para chegar em Dom Pedrito depois da meia noite. É muito chão. É muita distância. Só não é maior que a distância que me separa de Adeonides.

A paisagem, infelizmente, não pode ser vista em seus detalhes verdejantes (embora talvez a seca tenha afetado um pouco esse detalhe), mas a memória preenche o que os olhos não podem ver: a relva rasteira, algumas árvores e arbustos esparsos, o gado deitado tranquilo ao findar do dia, as coxilhas despontando aqui e ali, como se fossem ondas em um mar de relva verde (Figura 15)... Daqui a pouco deve cruzar um javaporco (cruza do javali com os porcos domesticados) pela estrada, pegando o motorista de sobressalto.

O rumo é Dom Pedrito, afinal.

Trecho do diário de campo de 3 de abril de 2023.

Figura 15 – Paisagem quando o destino é Dom Pedrito.

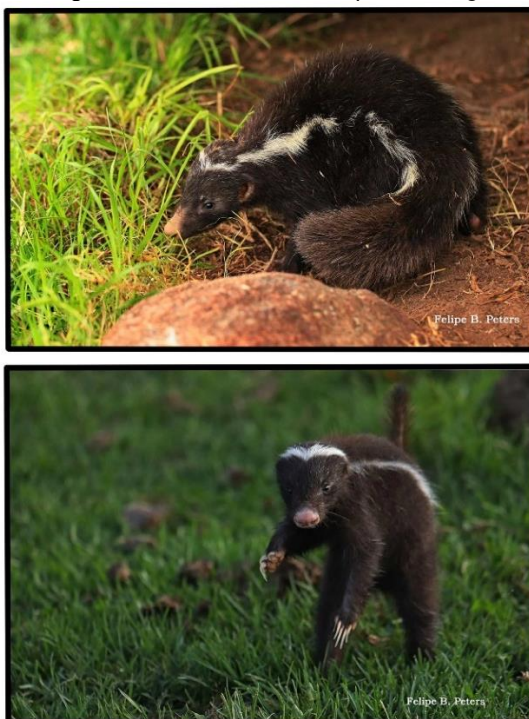


Fonte: acervo do campo da autora (abril de 2023).

Essa característica odorífica é presente, pois tanto Dom Pedrito quanto Bagé são cidades localizadas no bioma Pampa, que, conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA – (2024) é o único bioma brasileiro a ocupar apenas um estado, o Rio Grande do Sul, cobrindo 63% do solo gaúcho. Além de ter uma flora bastante específica, como as gramíneas, o pampa ainda é dotado de uma fauna que chama a atenção de quem por lá passa. É o caso do zorrilho – que tem origem no espanhol e pode ser traduzido como “raposinha” (EMBRAPA, 2024) – e do javaporco, ambos mencionados anteriormente no trecho do diário de campo.

Conforme Felipe Ferreira (2024), o zorrilho (Figura 16) é um animal mamífero carnívoro de pequeno porte, típico do Rio Grande do Sul – especificamente das regiões do Pampa, Litoral e Campos de Cima da Serra – e o “cheiro de zorrilho” que mencionei é oriundo de seu sistema de defesa, o qual consiste em glândulas de odor situadas ao redor do ânus que disparam um líquido malcheiroso quando o zorrilho sente-se ameaçado. Devido ao seu modo de defesa, com frequência, o zorrilho é chamado de gambá, porém conforme Ferreira (2024) isto é um equívoco, uma vez que o gambá é um marsupial, enquanto o zorrilho é um mamífero carnívoro.

Figura 16 – Zorrilho ou *Conepatus chinga*.



Fonte: Instituto Pró-carnívoros (2024)³⁰.

Se o perigo que o zorrilho representa é apenas seu odor, por outro lado, Felipe Pedrosa (2024) afirma que o javaporco (Figura 17) originado do cruzamento entre os javalis selvagens e os porcos domesticados, constitui um problema maior para o pampa e para a economia, uma vez que são considerados uma das piores e mais antigas espécies invasoras, causando desequilíbrio no ecossistema devido a sua grande capacidade de reprodução, destruindo rapidamente lavouras e causando acidentes de trânsito. Ainda, Pedrosa (2024) esclarece que o javaporco, assim como o porco, é uma subespécie do javali.

³⁰ Disponível em: <https://procarnivoros.org.br/animais/zorrilho/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Figura 17 – Javaporco.



Fonte: Wikimedia Commons (2024)³¹.

Sobre o javaporco, acrescento ainda que só quem já viajou para Dom Pedrito durante a madrugada sabe o quão assustador é ver um animal enorme destes cruzando a estrada tranquilamente pegando o motorista desprevenido. Infelizmente esta é uma experiência que já tive.

4.3.1. Novos modos de deslocamento

Minhas idas e vindas a campo anteriores me custaram viagens de mais de seis horas de duração e chegadas – e partidas – inconvenientes a uma da manhã na casa de meus anfitriões, o que gerou mais de uma vez, comentários de “*deveria ter um horário melhor*”. Decidi então mudar meu modo de deslocamento.

A ocorrência da pandemia levou ao fechamento de muitas rodoviárias de regiões mais interioranas do Rio Grande do Sul (Tabela 1), além da drástica redução dos horários de ônibus e das alterações de rotas. Mesmo após o fim da pandemia estas mudanças mantiveram-se. Na reportagem de Cristiano Dalcin (2022), é explicitado que a queda de passageiros durante a pandemia foi um dos fatores que levou ao fechamento de vinte e sete rodoviárias no Rio Grande do Sul, ou seja, dos 497 municípios do Rio Grande do Sul, apenas 173 possuem estações rodoviárias para o transporte intermunicipal³². Ainda, a reportagem de Dalcin (2022) destaca outra preocupação do setor de transportes, o crescente desinteresse por parte das

³¹ Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=35187512>. Acesso em: 28 jan. 2024.

³² Dados retirados por Dalcin (2022) do Departamento de Estradas de Rodagem (DAER, 2024).

empresas em concorrer às licitações para assumir as rodoviárias fechadas. A solução encontrada pelos municípios foi a de regulamentar agências rodoviárias, com venda de passagens e despacho de encomendas.

Tabela 1 – Rodoviárias fechadas de 2020 a 2022 no Rio Grande do Sul conforme o DAER. Fonte: adaptado de Dalcin (2022).

RODOVIÁRIAS FECHADAS NO RIO GRANDE DO SUL		
2020	2021	2022
Balneário Pinhal	Arambaré	Crissiumal
Esmeralda	Arroio do Sal	Júlio de Castilhos
Nonoai	Cerro Grande do Sul	Santa Bárbara do Sul
Pontão	Coronel Bicaco	Santana do Livramento
Rondinha	Cururmim	São Sebastião do Caí
Trindade do Sul	Ernestina	Tramandaí
São Valetim	Humaitá	Triunfo
Vila Flores	Itatiba do Sul	
	Maçambará	
	Arroio do Tigre	
	Santo Antonio das Missões	
	São Vicente	

Fonte: dados adaptados de reportagem de Cristiano Dalcin para o G1 RS (2022).

A estação rodoviária de São Vicente, destacada na Tabela 1, costumava estar no caminho do ônibus Santa Maria → Dom Pedrito. Essas transformações, incluindo a queda de opções de horários e aumento dos trajetos para os deslocamentos, levaram ao crescimento da procura por caronas, seja por meio de grupos de caronas em aplicativos de mensagens – método pelo qual optei na última vez em que estive em campo –, seja por meio de aplicativos de carona. Conforme Henrique Medeiros (2024), do site *Mobile Time*, o Brasil transformou-se no maior mercado no mundo em caronas da empresa BlaBlaCar³³, somente no ano passado esta empresa registrou um aumento de 40% de viagens de carona.

No grupo de aplicativo de mensagens “Caronas DP/SM” cada membro do grupo posta conforme sua necessidade: procuram caronas, oferecem caronas, solicitam o transporte de encomendas, pedem recomendações de outros serviços – tanto em Dom Pedrito, quanto em Santa Maria. Há, também, pessoas que oferecem e procuram caronas que estão na rota Santa Maria → Dom Pedrito, mas que não são obrigatoriamente estas a origem e destino.

³³ Startup francesa à frente do aplicativo de caronas BlaBlaCar.

Mais de uma vez postei no grupo: “*procuro carona SM → DP a partir de 29/01*” sem resposta. Finalmente uma carona foi ofertada para o dia 25/01 às 14:00, o motorista me buscaria em casa e me deixaria na casa de minha tia, o preço acordado para a carona foi de R\$70,00. As viagens de Santa Maria a Dom Pedrito por ônibus intermunicipal custam em torno de R\$138,00, aos domingos e quintas-feiras às 18h.

Apesar da apreensão de viajar com pessoas estranhas, pela primeira vez em minha vida, a viagem transcorreu bem e após duas horas e dez minutos cheguei ao meu destino. Foi uma viagem bastante silenciosa e, com exceção das amenidades trocadas, pude apenas aproveitar a vista aqui ilustrada na Figura 18.

Figura 18 – Trajeto Santa Maria → Dom Pedrito de carona. Fonte: Adaptado do acervo da autora (2024).



Fonte: acervo de campo da autora (2024).

Uma das vantagens da viagem de carona é a menor altura do carro em relação ao ônibus, o que me permitiu fazer registros como o que consta acima. Além da viagem de carona, outras situações tornaram esta uma viagem um tanto quanto atípica... Para explicitar este momento, trago um trecho de meu diário de campo do dia 25/01/2024, data de minha partida:

Para esta vinda a campo, minha mãe dedicou-se a preparar pães caseiros para enviar às minhas tias, certamente uma dádiva que será apreciada. Fiquei lembrando-me do pai de Lila Abu-Lughod que a acompanhou até o Egito, ou dos pais de Bourdieu que tomaram parte em sua imersão em campo... o pão foi a materialização do afeto e da presença de minha mãe naquele momento.

Como eu suspeitava, o pão não só foi apreciado como foi alvo de certa disputa, ouvimos mais de uma vez alguém falando enfaticamente “*não comam o meu pão!!*”. E, no dia seguinte de manhã cedo, Leila foi buscar os pães com receio de que fossem comidos. Mas, as coisas atípicas não pararam por aí. Todas as minhas idas a campo foram, de algum modo, intermediadas por minha mãe. Desta vez minha mãe ligou para Conceição para informar da minha ida e informou que esta seria a última etapa de entrevistas. Este movimento parece ter dotado meus anfitriões de objetividade e todos buscaram me ajudar ao máximo possível. Trago a seguir um trecho bastante marcante do diário de campo, esta conversa ocorreu enquanto estávamos sentados no jardim, tomando chimarrão e conversando:

Conceição me perguntou quais eram os meus planos, o que eu precisava fazer desta vez. Eu respondi que precisava fotografar algumas coisas, conversar com Leila, com Leci, com Loiva (confesso que esta já me enche de desesperança) e fazer uma visita ao cemitério... ao que ela rapidamente respondeu com diversas opções de roteiros e de como ela e meu tio poderiam me ajudar.

[Conceição]: “Sabendo o teu roteiro nós podemos saber como fazemos pra facilitar tudo pra ti” ela disse.

Partindo desta fala, Conceição comentou que Adilson precisaria ir à campanha no sábado – dia 27/01/2024 –, no interior de Aceguá, levar suprimentos

para os peões que estavam trabalhando em uma obra, e que neste percurso ele passaria próximo a casa de Leci. Desse modo, ficou combinado que na manhã do dia 27 de janeiro eu iria a Bagé visitar minha tia Leci.

4.3.2. Dom Pedrito → Bagé: uma viagem de caminhão

Hoje vou a Bagé com Adilson, que ruma para a campanha a fim de abastecer de suprimentos os peões da obra. Acordei cedo, por volta de 5:50, pois sei que meus tios levantam cedo e eu não queria arriscar atrasar a partida.

Conceição me ensinou a subir no caminhão, todos demonstraram alguma dose de preocupação com o fato de eu nunca ter andado de caminhão. Mas, quando chegou o horário, subi com facilidade – ainda bem – e me acomodei no assento com a janela toda aberta para poder admirar o trajeto (Figura 19).

Figura 19 – o caminho Dom Pedrito-Bagé emoldurado pela janela do caminhão.



Fonte: acervo de campo da autora (2024).

Fomos de caminhão (Figura 19) e essa foi uma experiência etnográfica no melhor sentido do termo. Adilson é um excelente contador de histórias e uma pessoa de muito conhecimento - não o nosso conhecimento acadêmico, mas um conhecimento que vem com o tempo e com a vida vivida - que possui uma excelente capacidade de envolver o ouvinte. Penso que se ele não fosse mestre de obras, profissão na qual foi iniciado

enquanto pedreiro aos doze anos por seu pai, poderia muito bem ser um contador de histórias.

Mostrou-me as diversas fazendas nas quais trabalhou, soja, arroz, milho e pecuária. Ainda, mostrou-me alguns cultivos que tem se popularizado na região da campanha: videiras e oliveiras.

Tive a oportunidade de sentir o nariz arder por causa da proximidade do cheiro do zorrilho. Também vi um tamanduá morto e um veado saltando de um extremo da estrada a outro, coisas que raramente veríamos na “cidade grande”.

No caminho não pude deixar de me espantar com a grande quantidade de silos e empresas de grãos. Perguntei a Adilson se ele saberia me dizer quantos engenhos possui Dom Pedrito, os engenhos são parte da paisagem cotidiana da cidade e estão presentes tanto dentro da cidade, quanto na zona rural. Adilson respondeu que a cidade deve ter aproximadamente 20 engenhos cerealistas, sendo o engenho Coradini o maior deles.

Continuei matutando sobre os contrastes que compõe a cidade de Dom Pedrito, além de me preocupar com a conversa que aconteceria com Leci mais tarde, explico-me: considero necessário adicionar que Leci passa por um momento bastante delicado, não só devido ao “ninho vazio” após a partida do filho mais novo, mas também por causa da recente viuvez num casamento longo (acredito que por volta de 50 anos). Após esta sucessão de perdas, minha tia passa por um momento delicado de depressão, então meu plano era conversar, almoçar com ela e fazer companhia. Em nenhum momento algum fiz um planejamento no sentido de fazer Leci dizer o que eu queria, ao contrário, meu esforço era para que ela me contasse o que ela quisesse.

Adilson e eu chegamos em Bagé por volta de 9:30 da manhã. Era um dia quente, ensolarado e...

Ela me recebeu no portão com ânimo e, confesso, a primeira coisa que notei foi que a casa em que ela mora já não me pareceu tão imponente como em outros tempos.

Quando adentramos à casa ela já preparava os alimentos para o almoço, perguntou se eu queria café - o que eu declinei educadamente - e cevou um chimarrão.

Durante todo o tempo em que estive dentro da casa o rádio sintonizado fazia a trilha sonora do nosso encontro.

Não demorou muito para que as duas netas de Leci, que residem com os pais no mesmo pátio, aparecessem para me cumprimentar. Algum tempo depois chegou o filho mais velho de Leci, que aqui chamarei de Castilho, seguido pela segunda irmã mais velha Ana e seu esposo Erasmo.

Aparentemente o que houve foi que Leci preparou um comitê de boas-vindas com os filhos, genro e netas para me receber...

Na hora de pôr a mesa, percebi que Leci ficou sem talheres... lembrei-me de que ela recentemente desfez-se de suas louças. Penso que foi isso que aconteceu (quando retornamos para Dom Pedrito, Conceição confirmou as minhas suspeitas!).

Tivemos um almoço em família, comemos ambrosia feita por Leci de sobremesa, tiramos fotos dos primos...

Ana, o esposo e as filhas recolheram-se primeiro.

Ficamos Castilho, Leci e eu.

Comentei então sobre a minha pesquisa, embora já soubessem um pouco do que se passava. Ao mencionar as “coisas de Adeonides” com Leci e Castilho, Leci prontamente disse que não guarda nada, que não gosta de acumular coisas.

Neste momento, em vez de avançar, retrocedo um pouco no tempo. Em novembro de 2023, minha tia Leila tinha uma consulta marcada em Santa Maria, nestas ocasiões Conceição e Adilson costumam trazê-la de carro, e, para aproveitar a carona Leci veio junto. Como acontece com frequência, as mulheres ficaram conversando na cozinha e os homens na sala...

As mulheres falaram de tudo um pouco: das suas queixas, das suas dores, das suas tristezas, dos vizinhos, dos falecidos, dos que ainda resistem ao tempo, da antiga estação ferroviária de Dom Pedrito que será demolida ou reformada³⁴, dos filhos e filhas, netos e netas, da estrada de Rosário que está ruim... um dos momentos que mais me despertou a curiosidade, foi quando Leci contou que planejava desfazer-se de

³⁴ Uso esta nota para informar que a estação ferroviária foi reformada e que a demolição foi vetada pela Câmara de Vereadores.

absolutamente tudo que tem dentro de casa: mesas, sofás, louças... Ela disse que não queria e nem precisava mais daquelas coisas.

Minha mãe perguntou: “mas e quando tu receber visitas? Onde vão comer? Onde vão sentar?”

Leci respondeu: “no chão. Hoje em dia não é moda sentar no chão?”

Fiz esse retrocesso para pontuar que Leci realmente se desfez de muitas coisas que tinha em casa. Creio que foi isto que resultou em um déficit de talheres para pôr a mesa na ocasião do nosso almoço de família. Sobre o que falavam os talheres ausentes?

O que leva uma pessoa a se desfazer de coisas que ela possuiu a vida toda? No caso de Leci, coisas que ela usou para cuidar da família, alimentar o esposo, os filhos e netas... Se, como considero aqui, as coisas fazem lembrar, o esforço de Leci me parece ser para esquecer, ou pelo menos, não lembrar o tempo todo.

Castilho, por sua vez, contou-me que tem um relógio de madeira que foi de Adeonides:

[Castilho]: Eu fiquei com um relógio, um relógio de madeira que a Conceição me deu. Se tu quiser eu te mando fotos. Ele está na restauração, pensei em eu mesmo restaurar, mas fiquei com medo de mexer e estragar e não saber funcionar.

Castilho logo foi embora, pois tinha outros compromissos para comparecer.

Pouco tempo depois Adilson retornou de Aceguá e partimos rumo a Dom Pedrito mais uma vez (Figura 20).

Figura 20 – Lavouras de soja no caminho Bagé → Dom Pedrito.



Fonte: acervo de campo da autora (2024).

Meu trabalho de campo se “encerrou” no dia 28/01/2024, ou pelo menos foi neste dia que aconteceu o que considerei meu “ritual” de despedida. Eu já havia combinado com uma prima de meu pai e o esposo dela de jantar na casa deles no dia 28/01, logo, no horário combinado eu já estava pronta esperando minha carona. Com

o falecimento de minha avó Edites – mãe de meu pai – aos 93 anos, no fim do ano de 2023, alguns laços familiares que estavam em afastamento acabaram por se estreitar um pouco mais, o que então ocasionou esta reunião. Fui recebida com alegria, chimarrão, conversa e muita comida, como ilustrado na Figura 21. Enquanto a prima de meu pai assava o churrasco – corroborando o fato de que a fronteira entre as “coisas de homem” e “coisas de mulher” não é tão rígida assim - eu fiquei conversando com o esposo dela.

Figura 21 – Ritual de despedida: churrasco e sobremesas.



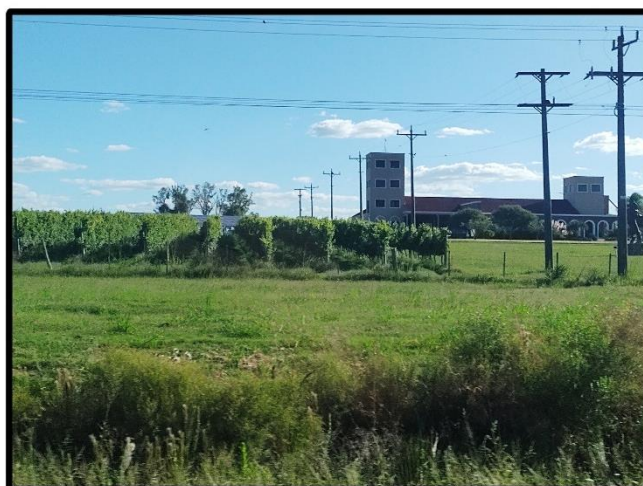
Fonte: acervo de campo da autora (2024).

Por volta de 23:40 tive que pedir para que me levassem embora, pois eu retornaria a Santa Maria no dia seguinte e ainda precisava fazer as malas. No dia 29/01/2024, pela manhã, peguei minha carona rumo a Santa Maria, conforme combinado.

E não há outro modo de me despedir – por enquanto – de Dom Pedrito, que não olhando a Estância do Vinho Guatambu – um indicativo de que os hábitos de

cultivo da terra têm mudado de fato na região do pampa – que fica logo na chegada ou na saída da cidade, depende do rumo que se está tomando.

Figura 22 – Estância do vinho Guatambu.



Fonte: adaptado do acervo de campo da autora (2024).

Apesar do cansaço e da saudade de casa, seria impossível partir sem sentir que um pedacinho meu está ficando para trás. Mas, posso afirmar com certeza, que este é um até logo e que em seguida estarei vislumbrando novamente as coxilhas, a Guatambu sentindo o cheiro do zorrilho, enquanto temo a travessia perigosa do javaporco.

CAPÍTULO 5: Um fim é sempre muitos começos... ou à guisa de conclusão

Quando conseguimos interpor um intervalo de tempo entre a vivência do campo e as reflexões que ele suscita é que conseguimos, por vezes, trazer compreensão ao que no campo era confuso (Favret-Saada, 2005).

Preciso confessar que antes, durante e até mesmo depois do trabalho de campo eu me senti como uma criança no jardim de infância: o tempo todo fora do lugar e sem saber o que fazer. Mas, como disse Roberto Cardoso de Oliveira (1996), é na escrita que exercitamos nossas funções de antropólogos plenamente. Espero ter feito isso ao longo da dissertação e espero que meus arremates, jamais concluídos com fixidez, mas com conclusões em constante mudança, tragam aos meus colegas alguns esclarecimentos. Mas, sobretudo, que traga dúvidas e renovados questionamentos para o nosso campo.

Ainda, antes de trazer os arremates finais, pontuo que a antropologia como a compreendo, por meio de seu viés interpretativo – em vez de unicamente explicativo –, não busca produzir generalizações ou encontrar “A VERDADE”, eu ouvi as narrativas das minhas interlocutoras – as que elas *escolheram* me contar – e interpretei a partir delas, sem pô-las em xeque.

5.1. Arremates do campo

Uma das primeiras coisas que o campo me fez perceber é o quanto gosto de estar em casa. Mesmo estando entre parentes, em suas casas, bem recebida e confortável, eu senti uma saudade angustiante de casa e, o pior, nem mesmo sei explicar o porquê.

Como retribuir?

Uma das primeiras coisas que eu gostaria de mencionar neste momento de fechamento é sobre a questão da devolutiva, sobre como retribuir o tanto que essas pessoas compartilharam comigo?

Penso que essa retribuição aconteceu de muitas maneiras e, acredito que sendo antropóloga tenho uma vantagem a meu favor: essas retribuições em um

campo tão próximo, quanto o meu, talvez passem despercebidas a um observador menos atento, mas penso não ser o caso na antropologia.

Considero ser uma contribuição geral, dentro da qual considero estar inseridas todas as demais que se desdobram, a movimentação e aproximação que ocorreu entre as pessoas da família quando começou a circular a notícia da pesquisa. Incluo aqui as louças lavadas para Conceição, as roupas estendidas e recolhidas, as companhias e conversas, as rodas de chimarrão.

São ações que podem parecer menores e sem importância, mas eu que estive “lá”, que lhes servi o chimarrão ou ofereci-lhes um sorriso, sei da grandiosidade do momento. Talvez, esse seja um reconhecimento que vai se passar somente entre elas e eu, e vocês terão de acreditar nas minhas palavras.

Um acontecimento bastante pontual, que considero ter lugar aqui, foi o dia em que ajudei Leci a tomar banho. Quando nos reunimos para o aniversário de Adilson, rememoro aqui que Leci estava com o pé quebrado e Conceição dava-lhe banho todas as manhãs. Porém, desde o dia anterior à festa, Conceição passou o tempo todo trabalhando na decoração do salão e só retornava para casa para dormir. De modo que, no dia da festa, eu fui incumbida – com muito orgulho acrescento – de ajudar Leci com o banho, dosar sua insulina e certificar-me de que ela tomaria todos os remédios.

Acrescento também como retorno, o auxílio que minha mãe e eu demos a Conceição nos dias que antecederam a festa de aniversário de Adilson, seja recebendo os presentes em casa, cozinhando, recebendo os familiares que chegavam na casa vindos dos mais variados lugares, até mesmo do Paraguai.

Por fim, penso que há ecos da pesquisa que eu ainda não consigo vislumbrar, e que só serão trazidos à tona daqui a muitos anos, quando estivermos reunidas em uma roda de chimarrão em Dom Pedrito.

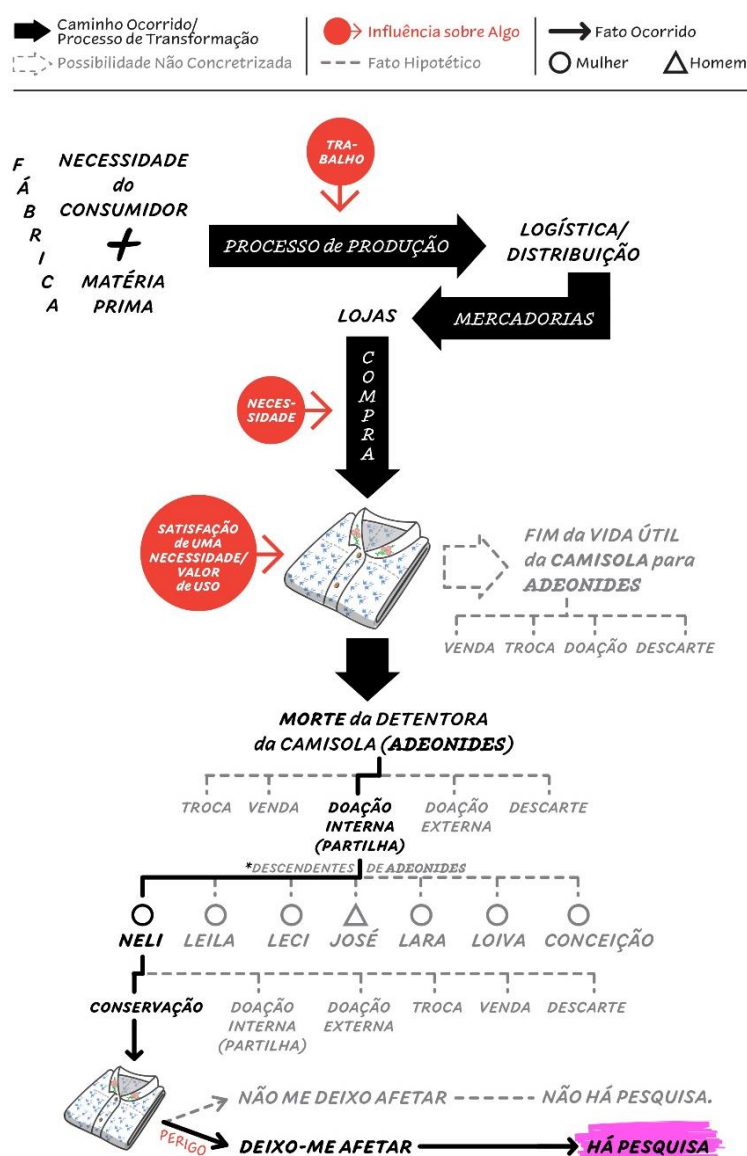
5.2. Conclusões emaranhadas

Uma das primeiras conclusões a que cheguei é que mesmo uma coisa simples, comum, corriqueira pode e vai – se nos atentarmos a ela – desvelar diante de nós um riquíssimo universo de pesquisa permitindo as mais variadas abordagens. Eu, obviamente, trabalhei de uma perspectiva antropológica, mas também se poderia optar por uma abordagem: econômica, histórica, política, sociológica, educacional,

literária, de gênero, de classe, etc. Afinal, quais narrativas a pesquisa desencadeou dentro de mim.

A seguir, trago na Figura 23 que ilustra um fluxograma ou esquema que elaborei pensando os fluxos e caminhos que a camisola poderia ter percorrido e o que possivelmente teria acontecido em cada um deles (na Figura 23, com traços cinza e pontilhados), destacando, claro, o caminho realmente percorrido (na Figura 23, em traço contínuo e de cor preta) e que me trouxe a esta pesquisa.

Figura 23 – Fluxograma dos caminhos possíveis.



Fonte: elaborado pela autora (2024).

Outro ponto que gostaria de tocar é no modo como as coisas circulam. Como a camisola chegou até mim após a morte de Adeonides, se poderia pensar que essas

transmissões ocorrem apenas após a morte. Mas, também há evidências de coisas que são dadas em vida, como no caso da faca que me foi presenteada por Adilson e Conceição. Há momentos específicos que fazem com que as coisas circulem e troquem de mãos: um parente que morre, um sobrinho que é presente, uma sobrinha que faz lembrar da filha falecida, uma louça que foi lavada, uma escuta que foi oferecida, etc. É de se pensar, quais vínculos estes objetos tecem e costuram?

Penso que posso afirmar, partindo dos dados empíricos e da teoria antropológica, que as coisas vinculam e fazem lembrar, são elos na impermanência. Mas, nem sempre esses vínculos são desejados ou as lembranças são felizes. Nesse sentido, destaco o caso experienciado com Loiva, que se negou a encontrar minha mãe – e a mim –, recusando também o estreitamento dos vínculos. O caso ocorrido com Leci, que descartou suas louças e talheres – e ainda planeja se desfazer de mais coisas da casa – num claro esforço de não acumular, de descartar, de se livrar dessas coisas e o que elas representam ou significam. Seriam vozes nos espaços das casas? Por fim, o caso de Leila, que recusou implicitamente minha visita e cuja suposta existência da colher de pau que foi de Adeonides ainda não encontrei evidências.

Outra coisa que concludo é que, sim, de alguma forma, as interlocutoras com quem trabalhei – algumas mais que outras – mantêm, de algum modo, o vínculo com familiares que já faleceram sustentando essa relação com as coisas que são – e não foram – dessas pessoas. Como quando Conceição confessa que depois dos velórios e José e Lara, foi as suas casas e pegou os rádios a fim de guardá-los:

[Conceição]: As coisas dos meus irmãos ninguém bota fora, pode me dar pra cá.

São coisas que se guardam... eu ainda tenho o hábito de guardar...

Penso que as coisas são como pontes, como sugere Debary (2010), mas também são mais. E, neste sentido me aproximo muito de Godelier (2001), quando diz que as coisas, elas são.

De tudo isso, o que mais me afetou foi a convivência, o estar perto, o tomar café da manhã ou almoçar juntos, as conversas com meus primos, as rodas de chimarrão à tardinha vendo o amarelo canário que recobre a casa de Conceição ir mudando de cor conforme o sol vai se pondo. Estar tão perto me fez sentir como se

os laços que nos unem fossem inquebráveis, pelo menos por enquanto, sem nostalgias.

REFERÊNCIAS

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. **Equatorial**: Revista do Programa de Pós -Graduação em Antropologia Social, Natal, v. 5, n. 8, p. 193-226, nov. 2018. Tradução de Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego e Leandro Durazzo. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/15615>. Acesso em: 15 jan. 2023.

ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita dos mundos de mulheres**: histórias beduínas. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020. Tradução de: Maria Claudia Coelho.

ALEXANDRE, J Michel. Introdução. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990. p. 18-23. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. São muitas as formas de se fazer família. **Jornal da USP**. São Paulo, p. 1-2. 28 nov. 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=587755>. Acesso em: 26 dez. 2023.

APPADURAI, Arjun (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2021. Tradução de Agatha Bacelar.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>. Acesso em: 10 fev. 2021.

AS GALVÃO (Brasil). **Mary e Marilene**: estas são as galvão. estas são As Galvão. 2024. Disponível em: <https://www.asgalvaooficial.com.br/biografia/>. Acesso em: 09 fev. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Código de Ética**: código de ética do antropólogo e da antropóloga. Código de Ética do antropólogo e da antropóloga. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 06 fev. 2023.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Tradução de Floriano de Souza Fernandes.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 11. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O capital simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta, 2002. p. 237-256. Tradução de: Miguel Serras Pereira.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **The bachelors' ball**: the crisis of peasant society in béarn. Chicago: University Of Chicago Press, 2008. Tradução de: Richard Nice.

CAEIRO, Alberto. O guardador de rebanhos (1911-1912): II. In: PESSOA, Fernando. **Obra poética de Fernando Pessoa**: volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. p. 26.

CANDAU, Joël. **Antropologia de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006. 128 p. Traducción de: Paula Mahler.

CARSTEN, Janet. Matéria do Parentesco. **Revista de Antropologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 103-118, 1 dez. 2014. Revista de Antropologia da UFSCar. <http://dx.doi.org/10.52426/rau.v6i2.125>.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. O nativo relativo. **Mana**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 113-148, abr. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-93132002000100005>.

COISA [etimologia]. 2024. Oxford Languages. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

CORRÊA, Mariza. Apresentação. In: ARANTES, Antonio Augusto et al. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no brasil. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1994. p. 9-13. (Coleção Momento).

DALCIN, Cristiano. **RS perde 27 rodoviárias durante a pandemia**: 35% dos municípios do estado ainda têm estações. 35% dos municípios do estado ainda têm estações. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/07/09/rs-perde-27-rodoviarias-durante-a-pandemia-35percent-dos-municipios-do-estado-ainda-tem-estacoes.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2024.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 26-44, ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9547>. Acesso em: 29 nov. 2021.

DIAS, Carlos. Introdução. In: DIAS, Carlos. **Mulheres em cena**: as trajetórias de Ana Aurora e Malvina no limiar do século xx. Curitiba: Editora Prismas, 2016. p. 21-49.

DOHMANN, Marcus. A experiência material: a cultura do objeto. In: DOHMANN, Marcus et al (org.). **A experiência material**: a cultura do objeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013. Cap. 1. p. 31-47. Núcleo de estudos do objeto.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Tradução de: Plínio Dentzien.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. **Três famílias**: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 316 p. (Coleção Análises Sociais Contemporâneas).

EMBRAPA (Brasil). **Bioma Pampa**. 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/bioma-pampa>. Acesso em: 29 jan. 2024.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2013. Tradução de: Ana M. Goldberger Coelho.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 13, p. 155-161, 2005. Tradução de: Paula Siqueira. Revisão de: Tânia Stolze Lima.. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376>. Acesso em: 24 out. 2023.

FERREIRA, Diego Jorge Lobato. In: MODA DOCUMENTA: Museu, Memória e Design 2015. Anais do Congresso Internacional de Memória, Design e Moda, São Paulo, 2015. São Paulo: MIMO/Estação das Letras e Cores Editora, Ano 2. n 01. v. 01. p. [157-170]. Disponível em: . Acesso em: 11 set. 2022.

FERREIRA, Filipe. **Javali (*Sus scrofa*)**. 2024. Fauna digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/faunadigitalrs/mamiferos/ordem-cetartiodactyla/familia-suidae/javali-sus-scrofa/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

FERREIRA, Filipe. **Zorriho (*Conepatus chinga*)**. 2024. Fauna digital do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/faunadigitalrs/mamiferos/ordem-carnivora/familia-mephitidae/zorriho-conepatus->. Acesso em: 28 jan. 2024.

FOLHA DA CIDADE (Dom Pedrito). **Dom Pedrito alcança a terceira posição no VAB da Agropecuária Gaúcha**. 2023. Disponível em: <https://www.jornalfolhadacidade.com.br/2023/12/dom-pedrito-alcanca-terceira-posicao-no.html>. Acesso em: 09 fev. 2024.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 50-59, ago. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902005000200006>.

_____. A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea. In: **Seminário Estudos de Gênero Face aos Dilemas da Sociedade de Brasileira**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira, 2001.

_____. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, v. 10, p. 58-78, set. 1998.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2009. p. 11-39. Tradução de: Vera Ribeiro.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODELIER, Maurice. Dos objetos substitutos dos homens e dos deuses. In: GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 163-256. Tradução de: Eliana Aguiar.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Iphan, 2007. (Coleção Mu).

GONÇALVES, José Reginaldo Santos (org.). Apresentação. In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos; GUIMARÃES, Roberta Sampaio; BITAR, Nina Pinheiro. **A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013. p. 7-18.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1990. Tradução de Laurent Léon Schaffter.

IBGE. **História Dom Pedrito**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dom-pedrito/historico>. Acesso em: 26 maio 2023.

INGOLD, Tim. Conhecendo de dentro. In: INGOLD, Tim. **Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2022a. p. 15-34. Tradução de: Luiz Paulo Rouanet.

_____. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan. 2010.

_____. **Linhas: uma breve história**. Petrópolis: Vozes, 2022b. Tradução de: Lucas Bernardes.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 37, p. 25-44, jan. 2012.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008. p. 89-121. Tradução de Agatha Bacelar.

LÖBACH, Bernd. **Design Industrial: bases para a configuração dos produtos industriais**. São Paulo: Edgard Blücher, 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da nova guiné Melanésia. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 672 p. Tradução de Eunice Durham.

MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva e o terceiro paradigma nas ciências sociais: as contribuições antiutilitaristas de alain caillé. **Sociologias**, [S. L.], v. 19, n. 44, p. 162-196, [S.D.]. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-019004406>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro i: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. Tradução de Rubens Enderle.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Ubu Editora, 2018. Tradução de Paulo Neves. Ebook Kindle.

MEDEIROS, Henrique. **Brasil se torna o maior mercado da BlaBlaCar**. 2024. Disponível em: <https://moletime.com.br/noticias/16/01/2024/brasil-se-torna-o-maior-mercado-da-blablacar/#:~:text=No%20ano%20passado%20registrou%20aumento,h%C3%A1%20cinco%20anos%20no%20Brasil..> Acesso em: 31 jan. 2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de: Carlos Alberto Ribeiro de Moura]..

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. Tradução de: Renato Aguiar.

MUNN, Nancy. Food transmission and food consumption: the basic dialectic of food transformation. In: MUNN, Nancy. **The fame of Gawa**: a symbolic study of value transformation in a massim (papua new guinea) society. Durham & London: Cambridge University Press, 1986. p. 49-73.

OBJETO [etimologia]. 2024. Oxford Languages. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, p. 13-37, jan. 1996.

PEDROSA, Felipe. **Um problema chamado javaporco**. 2024. Blog Mão na Mata. Disponível em: <https://maonamata.com.br/blog/problema-javaporco/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2014.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. **Ponto Urbe**, [S.L.], n. 2, p. 1-11, 1 fev. 2008. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/pontourbe.1890>.

PINTO, Céli Regina Jardim. Prefácio. In: DIAS, Carlos. **Mulheres em cena**: as trajetórias de Ana Aurora e Malvina no limiar do século xx. Curitiba: Editora Prismas, 2016. n.p.

POLLAK, Michael; POLLAK, Michael. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO, SILÊNCIO. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

ROCHEDO, Aline Lopes. **Dinastias afetivas**: a produção de ancestralidade através da transmissão das joias de família. 2021. 306 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/224047>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015. p. 31-48.

STALLYBRASS, Peter. A vida social das coisas: roupas, memória e dor. In: STALLYBRASS, Peter. **O casaco de Marx**: roupas, memória e dor. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 7-38. Tradução de: Tomaz Tadeu.

TURNER, Terence s. The social skin. **Hau: Journal of Ethnographic Theory**. London, p. 486-504. set. 2012. Disponível em: <https://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau2.2.026>. Acesso em: 19 out. 2020.

TURNER, Victor Witter. Liminaridade e "communitas". In: TURNER, Victor Witter. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 116-160. Tradução de: Nancy Campi de Castro.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 123-133.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 136 p.

VIEIRA, Suzane de Alencar. Força e vulnerabilidade: lições de etnografia e feitiçaria na obra de Jeanne Favret-Saada. **Mana**, [S.L.], v. 27, n. 3, p. 1-26, 26 nov. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442021v27n3a203>.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Tradução de: Angela Ramalho.

WEID, Olivia von Der. O CORPO ESTENDIDO DE CEGOS: cognição, ambiente, acopamentos. **Sociologia & Antropologia**, [S.L.], v. 5, n. 3, p. 935-960, dez. 2015. FAPUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752015v5312>.

WEINER, Annette. **The Trobrianders of Papua New Guinea**. New York: Cengage Learning Inc., 1988.

WHYTE, William Foote. Anexo A: sobre a evolução de sociedade de esquina. In: WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área

urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p. 283-363.
Tradução de: Maria Lúcia de Oliveira.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A Família como Patrimônio: a construção de memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Campos - Revista de Antropologia Social**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 53-67, 30 jun. 2004. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/cam.v5i1.1635>.

ANEXO A – Poema de Alberto Caeiro (pseudônimo de Fernando Pessoa
em “O guardador de rebanhos”).

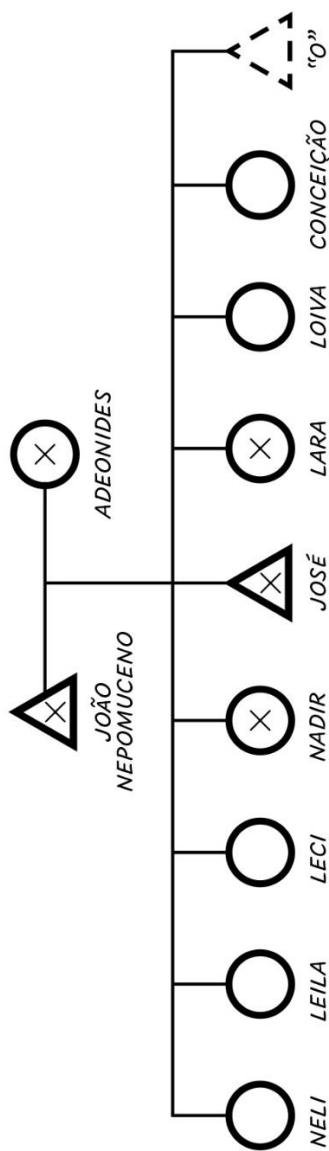
*O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento
É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo...*

*Creio no Mundo como num malmequer,
Porque o vejo. Mas não penso nele
Porque pensar é não compreender...
O Mundo não se fez para pensarmos nele
(Pensar é estar doente dos olhos)
Mas para olharmos para ele e estarmos de acordo...*

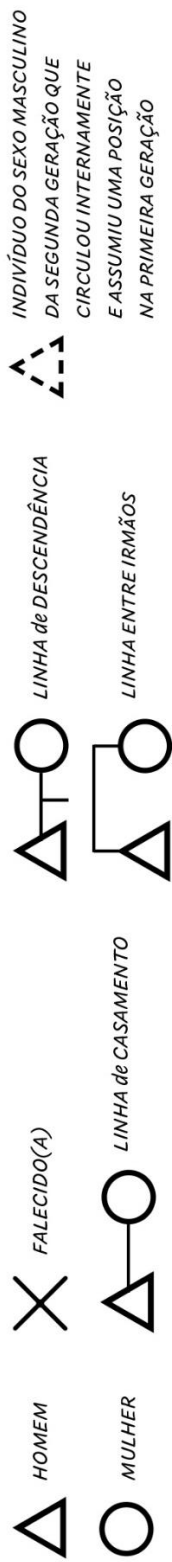
*Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...
Se falo na Natureza não é porque saiba o que ela é,
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe porque ama, nem o que é amar...*

*Amar é a eterna inocência,
E a única inocência é não pensar...*

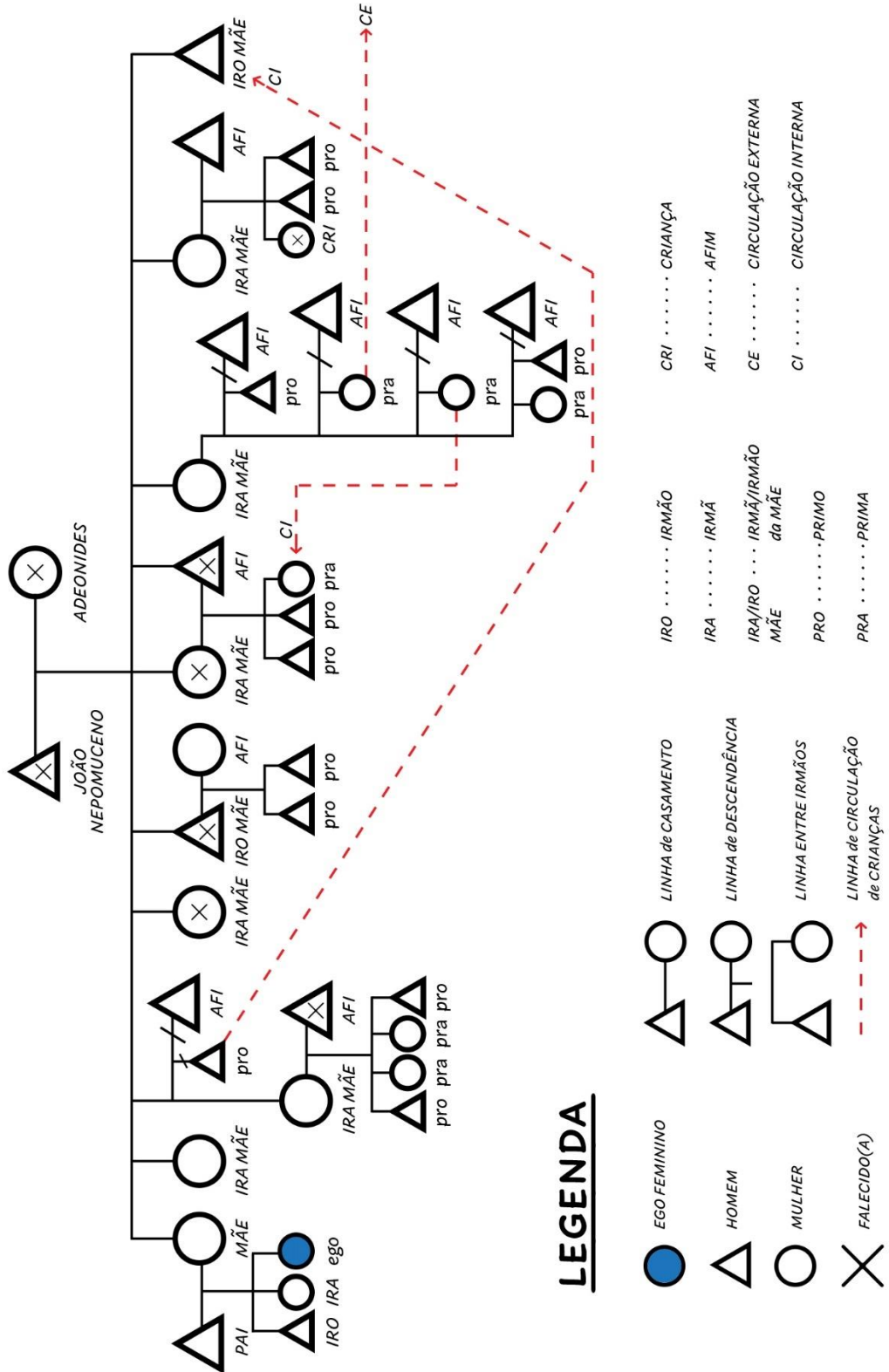
APÊNDICE A – Diagrama de parentesco da primeira geração. Fonte: elaborado pela autora (2024).



LEGENDA



APÊNDICE B – Diagrama de parentesco completo. Fonte: elaborado pela autora (2024).



APÊNDICE C - Fluxograma dos caminhos possíveis da camisola. Fonte: elaborado pela autora (2024).

